

FACULDADE  
DE LETRAS

# BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS

BIBLOS  
VOLUME LXX



UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
1994



COMEMORAÇÃO DO TRATADO DE TORDESILHAS

VOLUME LXX • 1994



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

# BIBLOS

*REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS*

CAPA: Planisfério dito de Cantino (1502), com a representação do meridiano do Tratado de Tordesilhas.

ISSN 0870-4112

Depósito Legal 1401/82

COMEMORAÇÃO DO TRATADO DE TORDESILHAS

---

VOLUME LXX • 1994

do sancto Iffante, que fossem trazidas suas reliquias, e todo seu corpo a estes Reinos de Portugal, polla via que direy. (...).

E por misericórdia do senhor Deos, nauegando pelo mar a diante chegarão a Restelo huã legoa da cidade de Lisboa, onde logo por conselho de todos foy acordado que hum dos catiuos Christãos que vieram de Feez fosse a el Rey dom Afonso, com seu recado, e lhe desse larga conta daquelle caso. Partindo este homem foy recebido del Rey com grande prazer e contentamento, e delle se certificou que aquella era a ossada do Iffante dom Fernando seu tio, que lhe não dera credito, se disse lhe não fizera sua firmeza. E tornou a manda lo pera Restelo com muitos recados de visitaçõ per a o sobrinho del rey de Feez e per a seus caualeiros, dizendo que de si não fizessem mudança, porque elle em pessoa queria ir pela ossada. E logo mandou pregoar que todalas igrejas de Lisboa e seu termo viessem com solene procissão, porque lhes fazia saber que ao immenso e grande Deos prouera de permitir se trouxessem a Portugal os ossos do muito catholico Iffante dom Fernando seu tio, que morrera em terra de Mouros. E a noua soou de tal sorte, que por mofino se tinha quem mais tarde chegaua a Lisboa. (...).

E comprindo todas as cousas, que á sua alma pertenciam, como era obrigado, mandou sua ossada per a o mosteiro da Batalha da ordem de Sam Domingos que el Rey dom Ioam primeiro de boa memoria pay deste sancto Iffante fundou, e dotou aos frades Prégadores, em memoria e reconhecimento de graças a Deos e á virgem nossa Senhora, polla victoria que neste lugar e terra lhe dera famosissima, onde jaz com os Iffantes seus filhos e outros Principes e Reis. A ossada do sancto Iffante foi leuada com muita honra, pompa, e solennidade: Onde oje em dia jaz. Que segundo suas obras, cremos que alcançou em o ceo a bemauenturamça, e na terra tam famosa e sancta memoria.»

Fr. Jerónimo de Ramos, «Chronica dos Feitos, Vida, e morte do Iffante sancto dom Fernando, que morreo em Feez», Lisboa, 1577, capos 42 e 43, in Frei João Álvares, *Obras* (ed. crítica por Adelino de Almeida Calado), Coimbra, Universidade, 1960, pp. 257-269.

MANUEL FERRO  
*Universidade de Coimbra*

## MIRAGENS VENEZIANAS NO CONTEXTO DA CULTURA PORTUGUESA DE QUINHENTOS

DO *CANCIONEIRO GERAL*, DE RESENDE,  
AO *CIOSO*, DE ANTÓNIO FERREIRA

Veneza tornou-se, com o passar dos séculos, um símbolo de beleza e fantasia, de nostalgia pelo esplendor de um passado que ainda se vislumbra no luxo e requinte dos palácios à beira do *Canale Grande*, nas sumptuosas igrejas dispersas por toda a cidade, nas *Scuole* cheias de preciosidades artísticas ou no coração político e religioso da antiga República de S. Marcos: o Palácio dos Doges, as Procuradorias, a *Piazza* e a Basílica de S. Marcos.

Em traços gerais, é esta a imagem que os portugueses partilham da cidade do Adriático e que transparece no imaginário que serve de base às alusões e referências que surgem inseridas em textos literários. Poderá ser uma imagem trivializada, mas funcional enquanto imagem de um espaço que remete para alguns sonhos e muitas mais miragens. No fim de tudo, o que interessa é veicular uma imagem que vá ao encontro de pressupostos já existentes na mente do público que ainda segue os modelos difundidos pelas telas de Canaletto, Tiepolo ou Guardi. Assim se encontra o *vedutismo* pictórico com a imagologia, o campo de interesse correspondente no âmbito da literatura<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Cf. Marius-François Guyard, *La Littérature Comparée*, Paris, P.U.F., 1961 (1.ª ed.: 1951), pp. 110-119. É o capítulo «L'étranger tel qu'on le voit», da obra citada de Marius-François Guyard, que é comumente aceite como *terminus a quo* para a nova fase de estudos desta área. Tal facto não invalida que anteriormente não tivessem existido contributos esclarecedores e criteriosos sobre esta questão. Foram quase sempre de natureza pontual e mais com o carácter de notas

Para o efeito, e neste contexto, tanto se pode utilizar o termo *imagens*, como *miragens*<sup>2</sup>, sendo até possível encontrar ambas as designações lado a lado como aqui acontece. Uma imagem ou miragem pode, assim, desempenhar um papel imanente à obra literária em que se insere e condicionar a sua interpretação em termos estritamente literários, tornando-se fundamental para a compreensão global do texto ou, então, um paradigma no contexto da respectiva história da literatura. É o caso de Veneza, que, ao longo dos séculos se foi enriquecendo com renovados sentidos. Noutros casos, a imagem literária de outros países e cidades poderá ter uma importância decisiva no modo de influenciar o leitor, levando-o a apreciar esse país ou cultura, ou, pelo contrário, a trazer para o campo da literatura conceitos e preconceitos extra-literários, recorrendo a estratégias de ordem estética, sociológica, política ou etnológica<sup>3</sup>. Pelo facto, tem-se verificado que os estudos de imagologia se tornaram compatíveis com outros tipos de abordagem textual, como é, por exemplo, o caso comprovado da recepção<sup>4</sup>, transformando-se, assim, num espaço privilegiado de convergência dos estudos das ciências humanas, no sentido da pura interdisciplinaridade<sup>5</sup>. No entanto, apesar de poder haver uma componente política imanente<sup>6</sup>, o interesse despertado pela imagem de

e reflexões, que surgiam à medida que estudos com esta orientação eram levados a cabo. Citem-se, a título de exemplo, as declarações de Loyis Paul Betz, de 1896, que considera ser tarefa fundamental desta área de investigação *nachzuforschen, wie sich die Nationen untereinander umgeschaut haben, nehmen oder verwerfen, nachahmen oder entstellen, verstehen oder nicht verstehen, sich gegenseitig ihre Herzen eröffnen oder verschliessen* (L.P. Betz, «Kritische Betrachtungen über Wesen, Aufgaben und Bedeutung der vergleichenden Literaturgeschichte», in: *Zeitschrift für französische Sprache und Literatur*, 1986, Band XVIII, S. 151).

<sup>2</sup> Cf. Jean-Marie Carré, «Avant-Propos», in: M.-F. Guyard, *op. cit.*, p. 6.

<sup>3</sup> Cf. Hugo Dyserinck, «Zum Problem der 'images' und 'mirages' und ihrer Untersuchung im Rahmen der Vergleichenden Literaturwissenschaft», pp. 110-111, in: *Arcadia. Zeitschrift für Vergleichende Literaturwissenschaft*, Band 1, 1966, pp. 107-120.

<sup>4</sup> Cf. Hugo Dyserinck, «Der Beitrag der Komparatistik zur Rezeptionsforschung und die Möglichkeiten einer Fachspezifischen Rezeptionsforschung innerhalb der Komparatistik», in: *Innsbrucker Beiträge zur Kulturwissenschaft*, Sonderheft, 46, 1980, pp. 135-140.

<sup>5</sup> Cf. Hugo Dyserinck, «Zur Entwicklung der Komparatistischen Imagologie», p. 32, in: *Colloquium Helveticum. Cahiers suisses de littérature générale et comparée. Schweizer Hefte für allgemeine und vergleichende Literaturwissenschaft*, 7, 1988, pp. 19-42.

<sup>6</sup> Cf. Hugo Dyserinck, «Komparatistische Imagologie. Zur politischen Tragweite einer europäischen Wissenschaft von der Literatur» (in: Hugo Dyse-

uma cultura ou um país deverá ser sempre marcado pela isenção e autonomia relativamente a preconceitos eventualmente existentes<sup>7</sup>. Neste sentido, tem-se manifestado a necessidade de diferenciar as imagens que os povos elaboram de si próprios das outras feitas pelos estrangeiros (e que raramente coincidem), sendo, assim, possível a distinção de estereótipos, clichés e caricaturas ou imagens distorcidas, frequentes em determinadas situações históricas<sup>8</sup>. Para além de outras funções possíveis, as imagens poderão, pois, adquirir um valor hermenêutico, em parte resultante do momento histórico, bem como do contexto sócio-cultural e literário em que cada uma se formou, na medida em que constituem um ponto de convergência de duas linhas, por serem o reflexo das relações multinacionais e, simultaneamente, um elemento significativo na estrutura estética do texto. Neste plano, valoriza-se, por conseguinte, o seu valor de posição no contexto literário, devendo serem devidamente analisadas só nessa situação<sup>9</sup>.

rinck und Karl Ulrich Syndram (Hrsg.), *Europa und das Selbstverständnis. Imagologische Probleme in Literatur, Kunst und Kultur des 19. und 20. Jahrhunderts*, Bonn, Bouvier, 1988), onde apresenta esta questão numa perspectiva europeia, pelo facto de este continente ser marcado pela sua multinacionalidade. Neste sentido, as imagens do estrangeiro devem assumir uma posição supranacional e constituir uma área de estudo ideologicamente neutra no contexto das relações multinacionais. Esboça a relação existente entre consciência nacional e consciência europeia, na esteira do que M.me de Staël designava por *l'esprit européen* e, neste plano, problematiza conceitos como *eigene Charakterzüge*, que contrapõe a *Volksseele* e *Nationalcharakter*, aproximando-o do de *Völkerpsychologie*. Relativiza-os, então, face ao respectivo contexto histórico que os havia delimitado. Só então trata da noção de «nacionalidade» (*Nationalitätsgefühl* e *Nationalitätsbewusstsein*). Aponta ainda a diferença entre *Hetero-* e *Autoimagebildung* (como forma de autoconsciência nacional) e o modo como os traços referidos aí se projectam.

<sup>7</sup> Cf. Hugo Dyserinck, «Komparatistische Imagologie jenseits von 'Werkimmanenz' und 'Werktranszendenz'», in: *Synthesis. Bulletin du Comité National de Littérature Comparée de la République Socialiste de Roumanie*, IX, 1982, pp. 27-40. Cf. pp. 37-38: *Die Images [...] sind Produkte des menschlichen Geistes, in Texten, Büchern, u.s.w. festgehalten, und wirken nicht nur auf die Menschheit, von der sie erschaffen worden sind, wieder ein, sondern haben z. T. auch ihre eigenen Gesetze die unbeabsichtigte und vorhersehbare Konsequenzen erzeugen können.*

<sup>8</sup> Cf. Peter Boerner, «Das Bild vom anderen Land als Gegenstand literarischer Forschung», in: *Sprache und technischen Zeitalter*, Heft 56, 1975, pp. 313-321.

<sup>9</sup> Cf. Manfred S. Fischer, «Komparatistische Imagologie. Für eine interdisziplinäre Erforschung national imagotyper Systeme», in: *Zeitschrift für Sozialpsychologie*, 10, 1979, pp. 30-44. Apesar da posição defendida neste ensaio, este autor reconhece igualmente a importância destes estudos para outros ramos do saber, sobretudo quando são considerados os seguintes factores:

1. *die Historizität national-imagotyper Systeme, die nicht selten in uralten Mythen ihren Ursprung findet;*

Por toda esta variedade de perspectivas que o estudo da imagologia levanta, o espaço veneziano foi sofrendo em cada cultura e literatura uma idealização que o tornou um espaço de evasão e, simultaneamente, um espaço de eleição para se analisarem todos os vectores atrás mencionados. O reconhecimento do seu valor significativo levou, então, a Associação Internacional de Literatura Comparada a eleger como tema do seu 1.º Congresso, realizado em 1961, precisamente *Venezia nelle Letterature Moderne*. Era seu objectivo *indagare in quale modo i luoghi, i costumi, la storia di Venezia hanno ispirato gli scrittori, come i ricordi di un incontro con la città si sono inseriti nella vita e nell'opera di uno scrittore, diventando talora parte integrante di esse, sino a trasformarsi in certi casi in elementi di poesia. E così la nostra indagine venne a riguardare scrittori appartenenti alle letterature francese, inglese, italiana, russa, spagnola, tedesca, armena, belga, danese, neogreca, polacca, rumena, serbo-croata*<sup>10</sup>.

Aqui, é nosso objectivo delinear os contornos da imagem de Veneza no âmbito da literatura portuguesa. Começamos por recuar às primeiras alusões, para depois nos centrarmos na produção literária do Renascimento e, mais especificamente, na *Comédia do Cioso*<sup>11</sup>, de António Ferreira, em que Veneza é já assumida como uma componente significativa do texto dramático — o cenário em que se passa toda a acção. Para tal, não foi descurado o contexto histórico que serve de suporte à imagem literária. Foi até curioso verificar os contornos que esta imagem foi adquirindo ao longo do tempo naquele período e, sobremaneira, nesta comédia, porque nela Veneza ainda não é aquele espaço mítico, em que depois se transformou — processo este, que não é raro quando a imagem de um país se identifica

2. *die literarischen Bilder von anderen Land als Elemente komplexer und übernationaler historischer Wechselbeziehungen sowie das Problem ihrer Konstanz und Universalität;*

3. *das Bild vom anderen Land in der Literatur als Strukturelement eines ästhetischen Kontextes.* (p. 31).

<sup>10</sup> Carlo Pellegrini, «Prefazione», pp. IX-XIII, in: Carlo Pellegrini (ed. lit.), *Venezia nelle Letterature Moderne; Atti del Primo Congresso dell'Associazione Internazionale di Letteratura Comparata*, Venezia/Roma, Istituto per la Collaborazione Culturale, 1961, p. X. As sinopses das comunicações apresentadas foram reunidas sob o título «Venice in literature» (in: *Yearbook of Comparative and General Literature*, N. 5, 1956, pp. 26-34) e os respectivos textos surgiram apenas em 1961, ao cuidado de Carlo Pellegrini, com o título acima indicado.

<sup>11</sup> António Ferreira, *Comédia do Cioso*, in *Poemas Lusitanos*, Tomo II, Lisboa, na Régia Officina Typográfica, 1771, pp. 85-153 (1.ª ed.: 1622). Teria sido redigida, segundo tudo indica, entre 1554 e 1558.

com um espaço literário, criando, deste modo, as condições para favorecer a metamorfose, em que *die «image» [tendiert] zum «mirage», zum Trugbild; zum Mythos*<sup>12</sup>.

Interessa-nos, portanto, articular o estudo da imagem desta cidade e respectivas coordenadas com o modo de, por este espaço, se condicionar os traços distintivos das personagens e sua mundivisão<sup>13</sup>. Simultaneamente, ao pretendermos analisar a imagem de Veneza que António Ferreira nos transmite na sua obra, torna-se necessário equacioná-la com o contexto histórico-cultural da época, tendo, para isso, de se recorrer à análise dos aspectos focados para o tratamento do espaço em questão. Do ponto de vista estritamente literário, para a análise do texto, caberá, pois, à poética do espaço contribuir para a melhor apreciação do modo, função e valor da representação do espaço nas obras analisadas<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Hörst Rüdiger, *Literarisches Klischee und lebendige Erfahrung*, Düsseldorf, Dt. Fraternitas e. V., 1971, p. 3.

Rüdiger refere a este propósito que, devido ao facto de a imagem se enriquecer com traços específicos da imaginação do escritor, outros factores, de ordem psicológica e política, influem neste processo. Com base nestes pressupostos, mostra como os alemães olharam os italianos, e vice-versa, ao longo dos séculos, apontando as obras e autores que mais contribuíram para o estabelecimento de clichés, que aderiram às imagens dos dois povos.

<sup>13</sup> Sobre a articulação do estudo da imagem com o do mito, veja-se Daniel-Henri Pageaux, «Une Perspective d'Études en Littérature Comparée: L'Imagerie Culturelle», in: *Synthesis*, VIII, 1981, pp. 169-185.

O mesmo autor, em colaboração com Álvaro Manuel Machado, *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 46-47, volta a abordar esta questão de modo semelhante, afirmando, ao confrontar-se com o problema do espaço: *Acontece que muitas vezes o espaço estrangeiro é envolvido num processus de mitificação: o espaço, na imagem da cultura, não é contínuo, nem homogéneo; um pensamento mítico valoriza certos lugares, isola outros, condena outros ainda; confere a alguns a função primordial de ser o verdadeiro círculo de vida do Ego e de uma colectividade escolhida [...]. Assim a leitura desse espaço levará ao estabelecimento de relações quase explicativas entre o espaço geográfico psíquico pelo menos no plano metafórico.*

[...] Não é raro constatar que a representação do estrangeiro banha numa espécie de obscuro tempo mítico, fora de todos os limites precisos, o in illo tempore próprio do mito.

<sup>14</sup> Para o efeito, serão tidos em conta os princípios expostos por Gaston Bachelard, em *La poétique de l'espace*, Paris, P.U.F., 1974, e Otto F. Bollnow, em *Mensch und Raum*, Stuttgart, Kohlhammer, 1984 (1.ª ed.: 1963). Sobre estes aspectos de carácter teórico, remetemos igualmente para o nosso trabalho *O Mito Veneziano na Obra de Hugo von Hofmannsthal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, pp. 21-25.

Deste modo, e se Veneza, no século XVI, não é ainda um mito literário, a fama das riquezas acumuladas ao longo dos séculos já lhe confere um estatuto especial dentro do contexto das cidades e dos estados europeus. Como relembra o Conde de Tovar, *precisamente na época em que o Conde D. Henrique começava a disputar aos mouros, palmo a palmo, o território que mais tarde havia de constituir o reino de Portugal, entrava Veneza no apogeo da sua glória e do seu poderio*<sup>15</sup>. Tornou-se, então, a maior potência marítima até ao século XVI. Dominando o Adriático, o Mediterrâneo Oriental e as rotas comerciais com o Levante, a crescente prosperidade transforma-a também numa potência a nível político e diplomático. E, quando reina em Portugal D. João I, as galeras com o pavilhão de S. Marcos a flutuar nos mastros eram reconhecidas nas derrotas que percorriam ao longo da costa portuguesa com destino à Flandres. Como Oliveira Martins refere,

A República atingia nesse período o fastígio de um poder conquistado desde os tempos obscuros em que, apavorados pelas invasões de Átila, os vênéticos se tinham miseravelmente escondido nas lagunas do Rialto, refugiando-se entre os lodos das ilhas. Distantes eras! Diversa fortuna! Nos dez séculos decorridos, tinham assistido à derrocada do Império ocidental, e encostados a Bizâncio, saqueavam dia-a-dia o Império oriental; enquanto do lado oposto o árabe, depois o turco, o desmembravam. Esses dez séculos tinham sido um progredir constante. Rainha do Adriático, Veneza disputava a Milão o domínio da Lombardia, imperando no Mediterrâneo com as suas colónias e feitorias espalhadas por toda a velha área grega.

Atingindo no século XV a culminância do seu poder, Veneza, sobre a rede dos canais onde vogavam silenciosamente, negras como esquiifes, dez mil gôndolas, cruzando-se debaixo de quinhentas pontes, apresentava ao viajante um aspecto ao mesmo tempo deslumbrante e singular. O esplendor dos palácios, o luzido dos mármore, as iluminações das vidraças coloridas, estonteavam a vista, sem que o ruído próprio das grandes cidades ferisse os ouvidos. A rua que liga a Praça de S. Marcos ao Rialto era uma feira onde todos os géneros preciosos apareciam expostos à venda em bazares intermináveis: pedrarias e perfumes, alfaias e especiarias, brocados, marfim, os produtos do Oriente e os da Europa, entre os quais os livros e os vidros de Veneza tinham uma primazia absoluta. O arsenal e o tesouro, um encerrado no seu cinto de muralhas torreadas, outro escondido nas criptas de S. Marcos, guardando o corpo milagroso do patrono da cidade, a Coroa de Chipre e de Creta, e os dois carbúnculos tamanhos como ovos de franga, eram das maiores maravilhas da cidade singular nascida do casamento com o Adriático, todos os anos celebrado ainda. O comércio inteiro das regiões distantes vinha parar a Veneza; os seus navios mandavam nos próprios mares da terra dos turcos.

<sup>15</sup> Conde de Tovar, *O Arquivo de Estado de Veneza*, Lisboa, Separata da Revista *História*, 1933, p. 63.

Comissários e mercadores penetravam em toda a metade Oriental do mundo; e em 1270 Marco Polo escrevera as suas viagens tão singulares que pareciam fantásticas, e por isso andavam na imaginação de todos<sup>16</sup>.

Mas era longa a distância de Lisboa a Veneza e os portugueses daquela época não imaginavam, por cá, o esplendor de uma urbe tão próspera. A imagem de Veneza, que se foi cristalizando com o tempo, resultava dos contactos tidos com os mercadores que visitavam as nossas costas ou se instalavam na nossa capital, eventualmente através de esporádicas relações diplomáticas ou ainda de raros relatos de viagens de portugueses que se aventuram por aquelas regiões. O primeiro bem poderia ter sido feito na corte pelo próprio D. Afonso III, depois de ter visitado aquela cidade, ainda enquanto infante — como sugere o Conde de Tovar<sup>17</sup>, quando tenta identificar a pessoa a que o embaixador Antonio Tiepolo se refere na *relazione* que leu ao Senado em Junho de 1572, no regresso da missão a Lisboa<sup>18</sup>.

Por outro lado, a partir de 1293, todos os anos rumava em direcção ao norte da Europa, mais concretamente aos portos da Flandres, uma galera que navegava necessariamente ao longo da costa portuguesa. A partir de 1314, organizou-se mesmo a primeira armada com idêntico destino e, depois de 1319, outra visava atingir os portos de Inglaterra. Na viagem de regresso, a embocadura do Douro era lugar privilegiado para se repararem as avarias sofridas ao dobrarem o cabo Finisterra<sup>19</sup>.

Assim, foram-se tornando regulares os contactos entre portugueses e venezianos em terras lusas. Em 1309, já alguns residem no Algarve e, em 1315, há notícias de casamentos mistos, e, mais concretamente, entre um certo Rodrigo Eanes de Faro e uma senhora veneziana, lacoicamente referida com o nome de Galharda<sup>20</sup>. Durante o último quartel do século XV, são até numerosos os estrangeiros que optam pela cidadania portuguesa mediante o casamento com mulheres por-

<sup>16</sup> Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães Editores, 1973, pp. 158-159.

<sup>17</sup> Conde de Tovar, *Portugal e Veneza na Idade-Média (até 1495)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, pp. 11-15.

<sup>18</sup> Eugenio Alberi, *Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato*, Tomo XIII, Firenze, 1839-1863, p. 214: [...] *Vien ancora tenuta memoria di certa cortesia che fu fatta al re Alfonso II [?] allora che, senza speranza di succedere nel regno, fu in questa città per suo piacere [...]*.

<sup>19</sup> Cf. Donald Weinstein, *Ambassador from Venice. Pietro Pasqualigo in Lisbon, 1501*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1960, p. 53.

<sup>20</sup> Cf. Bailey W. Diffie, «Dois novos documentos referentes ao comércio luso-veneziano no século XIV», pp. 270-271, in: *Revista Portuguesa de História*, Vol. X, 1962, pp. 269-276.

tuguesas, para aqui se poderem dedicar à empresa das descobertas e ao comércio com as novas regiões acabadas de conhecer<sup>21</sup>. Um processo semelhante, mas de sentido contrário, deve também ter tido lugar, se bem que só do século seguinte se encontrem dados que o confirmem: uma carta de Alessandro Farnese ao núncio apostólico em Lisboa, Giovanni Ricci, datada de 27 de Abril de 1548, refere o desejo expresso por uma portuguesa residente em Veneza, Beatrice di Luna, de para ali transferir as ossadas dos seus familiares falecidos em Portugal.<sup>22</sup>

Para atrair os mercadores venezianos às costas lusas, e a fim de se facilitarem as importações e as exportações, concediam-se-lhes amplos privilégios, como o de porte de armas, para «andar de besta muar de sela e freio», isenções de certos impostos e servidões militares, facilidades nos direitos de procuração, de carga, descarga, transbordo e reexportação de mercadorias. Em 1434, tais privilégios são concedidos ao veneziano Antonio Vakim, residente em Raposeira, no termo de Lagos<sup>23</sup> — o que evidencia a existência de uma colónia veneziana naquela região<sup>24</sup>. Integrados no grupo estrangeiro mais numeroso em Portugal — os italianos —, rapidamente os venezianos foram nota-

21 Cf. Virginia Rau, «Privilégios e Legislação Portuguesa Referentes a Mercadores Estrangeiros Século xv e xvi», p. 19, in: Hermann Kellenbenz, *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, Köln/Wien, Böhlau-Verlag, 1970, pp. 15-30.

22 Charles-Martial de Witte, *La Correspondence des Premiers Nonces Permanents au Portugal 1532-1553*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1980, Volume II-Textos, p. 251-252: *Desidera la signora Beatrice di Luna, portoghese habitante in Venetia, far cavar di Portogallo le ossa di suo padre et marito per condurle in Italia et collocarle in una capella che ha fabricata nella detta città per sua devotione et a questo effetto manda un suo fidato a posta con ampla facultà di poterlo fare, come potrete vedere per le bolle et brevi concessigli da N. S. per questo conto.*

Refira-se ainda que os enviados a Lisboa representando os interesses de Beatrice di Luna apresentam igualmente nomes portugueses — Cristóvão Manuel e Duarte Pires —, conforme são identificados na nota 2 ao texto citado, a p. 589.

23 Cf. Virginia Rau, «Privilégios e Legislação Portuguesa Referentes a Mercadores Estrangeiros Século xv e xvi», *loc. cit.*, p. 16.

24 O estabelecimento de venezianos em Portugal é um fenómeno comum a outros países. Chegam por razões comerciais e acabam por se impor pelo prestígio alcançado. A única referência feita por Fernão Lopes aos venezianos, na *Crónica de D. João I*, testemunha que estes se movimentam no círculo estreito das relações com a coroa em Castela, chegando mesmo a conquistar a estima dos soberanos: [...] *Joham Ramirez era mui boom e ardido cavalleiro, e amavao elRei de Castella muito, porque o criara, e por seer estremado homem darmas; e era filho de Madama Veneziana de que elRei muito fiava, e era sua ama.* (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Lisboa, Civilização, 1945, Cap. CXVI, p. 228).

dos pela actividade comercial e pela técnica bancária, de que se revelaram verdadeiros mestres<sup>25</sup>.

E com o passar do tempo, outros elementos vão surgindo que contribuem para a definição da imagem da República de S. Marcos e se fundamentam nas relações com os venezianos residentes no nosso país ou com a respectiva actividade comercial: em primeiro lugar, as represálias de D. Dinis contra os venezianos estabelecidos em Portugal, no ano de 1309, facto relatado por Fr. Francisco Brandão na *Monarchia Lusitana*<sup>26</sup>, contribuíram para a sua popularidade; em segundo, tem lugar a nomeação de um embaixador especial (Bernardo de Casalortio), em 1374, para negociar com D. Fernando e resolver as dificuldades encontradas pelos mercadores venezianos nos nossos portos; por último, a especial protecção e as facilidades concedidas por D. João I para incrementar o comércio constituem um meio para recuperar a situação económica do país. No que se refere ao primeiro, a verdade é que as ditas represálias não passaram do papel,

25 Cf. Virginia Rau, «Privilégios e Legislação Portuguesa Referentes a Mercadores Estrangeiros Século xv e xvi», *loc. cit.*, pp. 17 e 20. Tal aspecto leva Virginia Rau a concluir na pág. 24 deste estudo: *A política portuguesa de atrair mercadores estrangeiros, por meio de privilégios ou diplomas legislativos, correspondia à realidade económica da época, realidade que se desdobra nos seguintes aspectos principais: atracção de capitais; abertura de mercados; serviços de tecnologia portuguesa prestados ao comércio internacional.*

No entanto, como nota em «Relações Diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V», p. 249 (in: *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, 4. Band, Münster, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1964, pp. 247-260), no século xv, o grupo italiano de mercadores-banqueiros residente em Portugal mais importante encontrava-se ligado aos Cambini e aos Médicis, de Roma e de Florença.

26 Fr. Francisco Brandão, *Monarchia Lusitana*, Lisboa, na Officina de Domingos Rodrigues, 1752, P. VI, L.º XVIII, cap. 34: *Na própria cidade (de Lisboa) a 29 de Outubro (de 1309) mandou elRey (D. Dinis) publicar a excomunhão do Papa Clemente contra os Veneseanos que tinham tomado a Cidade de Ferrara, sendo patrimonio da Sé Apostolica. O Papa lhe requereu que a largassem, porem elles perseguirão contumases na posse della, o que visto pelo Pontifice, os declarou por excomulgados, & a todos os que viuessem, ou se achassem em seus Estados tomassem a fazenda, & as pessoas ficassem escrauas. Não obstante a força destas censuras, se valeo o Papa das armas materiaes, & em huma batalha que deu a gente da Igreja a 28 de Agosto os venceo, & recuperou a Cidade. Esta guerra escreueo Ião Villano, Santo Antonino, & outros. Os Veneseanos vendose em tão grande aperto, pedirão alsolução ao Pontifice, & depois de varias supplicas a alcançarão no anno de 1313. A execução que em Portugal se fes por virtude daquela Ordem do Papa não consta.*

porque D. Dinis não mandou dar plena execução à Bula e ordenou somente o arrolamento e o sequestro provisório dos bens venezianos, adiando para mais tarde o destino que lhes havia de dar <sup>27</sup> — solução inteligente para não criar atritos nem com a Santa Sé, nem com a República de Veneza.

No que se refere a D. Fernando, este monarca dá continuação à política de promoção das relações comerciais com os outros países europeus e, em Lisboa, permite o estabelecimento de uma colónia considerável de estrangeiros. Fernão Lopes testemunha tal fenómeno na *Crónica de D. Fernando*, referindo a existência de genoveses, «prazentins», lombardos, milaneses, catalães, aragoneses, maiorquinos, «corcins» e biscainhos, mas não refere sequer uma única vez os venezianos <sup>28</sup>. Contudo, os benefícios e privilégios por estes obtidos neste mesmo reinado permitiam que, por exemplo, em Coimbra, as galés de Veneza não pagassem a dízima, nem outros direitos, relativos às mercadorias descarregadas e não vendidas <sup>29</sup>.

No que diz respeito à acção de D. João I, durante o seu reinado não só foram reduzidos os impostos normalmente cobrados aos mercadores no porto de Lisboa, chegando mesmo, em dada altura, a isentá-los, como se favoreciam as transacções que as caravanas efectuavam nos portos portugueses, onde se trocavam panos, especiarias e outras mercadorias a troco de mantimentos <sup>30</sup>.

<sup>27</sup> Veja-se a «Carta de el-Rei D. Dinis aos Alcaides, Juizes e demais Autoridades do Reino», de 1309, in: Conde de Tovar, *Portugal e Veneza na Idade-Média (até 1495)*, loc. cit., pp. 65-67.

<sup>28</sup> Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Civilização, 1966, p. 5. Sobre este mesmo assunto, veja-se o estudo de José Pedro Machado, *Topónimos Estrangeiros em Fernão Lopes* (Lisboa, Separata da *Revista de Portugal*, Série A: Língua Portuguesa, Vol. XXXIII, 1967), que regista, entre os topónimos italianos, referências a Florença, Nápoles, Roma, Spínola, Apúlia, Génova, Como, Sabina, Saboia, Saliceto, e seus habitantes, e a ausência de alusões a Veneza, se exceptuarmos aquela acima indicada na nota 24.

<sup>29</sup> Cf. Carlos de Passos, «Relações Históricas Luso-Italianas», p. 154, in: *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, Volume VII, Lisboa, 1956, pp. 141-242, e 2.º Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarchia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo Primeiro, Paris / Lisboa, J. P. Aillaud — Typ. da Academia Real das Sciencias, 1842, Secção V, p. 66.

<sup>30</sup> Cf. Conde de Tovar, *op. cit.*, pp. 25-32, bem como a «Carta de D. João I aos Almojarifes da Alfândega e Portagem de Lisboa», de 1392, e a «Carta de D. João I ao Almojarife e escrivão de Lagos», posterior a 1415, inseridas no mesmo volume, a pp. 67-68 e 69, respectivamente.

Com base nestes elementos, poderemos concluir que os venezianos eram bem conhecidos em Portugal, que lutavam por adquirir privilégios como os de outras nacionalidades, que as relações do nosso país com a República de S. Marcos eram cordiais e que, para os portugueses, os venezianos se identificavam com a figura do mercador empreendedor, aventureiro, enriquecido pelo comércio de cabotagem, primeiro, e depois, entre os principais portos da Europa e do Próximo Oriente, pertencendo a um Estado modelarmente organizado e era o motor de uma sociedade requintada.

Por isso, a curiosidade pela grandeza desta metrópole leva, desde cedo, alguns portugueses a visitá-la. Logo em 1405, D. Afonso, Conde de Barcelos, viaja da Flandres para a Terra Santa, passando por Veneza, sendo aí recebido com as honras que lhe são devidas: «...in Viniexia, ...fatoly par la dogal Signoria molto notabel honor» <sup>31</sup>.

Mas é com a visita do Infante D. Pedro, que vem da Hungria a Veneza, em 1428, talvez para conhecer a Marca de Treviso <sup>32</sup> que o

<sup>31</sup> *Apud* Virginia Rau, «Relações Diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V», loc. cit., p. 248.

<sup>32</sup> Recorde-se que, anteriormente, Treviso já estivera na posse de Veneza e que, apenas alguns anos mais tarde, em 1334, a Marca de Treviso voltaria a passar para a jurisdição daquela República, constituindo, assim, um posto avançado dos seus territórios na *Terra Firma*. No entanto, é curioso que em 1445, a própria República ainda tenha dúvidas quanto à legitimidade da posse da Marca Trevisana, apesar de defender que a concessão feita pelo imperador Sigismundo fora feita contra os seus direitos e por inimizade contra Veneza. A testemunhar as diligências empreendidas pelo Doge Francesco Foscari junto do infante D. Pedro se referem as cartas do Infante inseridas com os n.ºs 44 e 109 no vol. IX (1445-1448), dos *Monumenta Henricina*, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1968:

A primeira é uma «carta do Infante D. Pedro, regente do reino de Portugal, a Francisco Foscari, doge de Veneza: a participar-lhe haver recebido com satisfação seu embaixador o Dr. Nicolau da Canale, a quem, depois de ele ter apresentado a documentação e alegações em favor do dito doge, quanto à marca de Treviso, o infante mostrou a doação que da mesma lhe fizera o imperador Sigismundo e pediu-lhe cópia das escrituras do doge, na intenção de mandar estudar o assunto, mas o embaixador se recusou a dá-la, pelo que os juristas portugueses não quiseram emitir parecer sem reverem detidamente a questão; a dizer-lhe que julga oportuno o regresso do embaixador, cujo envio agradece, a Veneza; a declarar-se disposto a proceder no caso com inteira justiça e a solicitar igual atitude ao doge, pois, sendo ele verdadeiro e bom amigo seu, deve sentir-se obrigado a não lhe negar o direito que porventura lhe caiba à marca de Treviso, e, como o dito embaixador o interrogara sobre a atitude do infante para com ele, doge, diz-lhe que tanto el-rei de Portugal como ele, infante, e seus irmãos se acham dispostos a manter a antiga amizade até esclareci-

imperador Segismundo lhe havia concedido alguns anos antes<sup>33</sup>, que a imagem desta cidade vai sofrer algumas alterações. O aparato com que o nosso príncipe é recebido torna-se, simultaneamente, uma maneira de aquela cidade ganhar fama, engrandecer-se aos olhos dos portugueses e fortalecer os elos de amizade entre Portugal e a República do Adriático. A descrição do aparato deste episódio naquela cidade, feita por Marino Sanudo, é, só por si, sugestiva:

D'Ungheria da Marco Dandolo orator nostro s'ebbe come veniva in questa terra un figliuolo del Re di Portogallo, nominato Don Pedro, per andare a Roma dal Papa. E fu determinato di fargli grand'onore. Gli furono mandati incontro quatro ambasciatori a quali egli vede graciousamente. E giunto a Mestre, Messer lo Doge colle Signoria gli andò incontro sino a Marghera

mento pleno do assunto, cuja solução lhe comunicará, na esperança de que ela virá a contribuir para manutenção e aumento das boas relações entre Portugal e Veneza» (pp. 68-72).

A segunda é «uma carta do infante D. Pedro, curador e regente do reino de Portugal, a Francisco Foscari, doge de Veneza: a comunicar-lhe que em Lisboa, onde numerosos juriconsultos e como lhe havia prometido através do seu embaixador, mandara estudar, pelo colégio dos juristas, as letras da concessão da marca de Treviso que lhe fizera o imperador Sigismundo, a respectiva confirmação pelo actual rei dos romanos e ainda as cláusulas da concessão exigida durante anos pelo doge ao referido Sigismundo; a participar-lhe haverem os juristas portugueses, após cuidado estudo do assunto, chegado à conclusão de que o domínio da dita marca passara a ele, infante D. Pedro, sem embargo de este não haver assumido a posse corporal da mesma, e que tal concessão não pode ser revogada pela posteriormente obtida pelo doge; a apelar para a antiga amizade entre o doge e a corte de Portugal, na certeza de que este não só não reterá o que ao infante pertence, mas lhe dará auxílio e favor para a recuperação por ele dos bens por outrém retidos; a pedir-lhe, enfim, que, resistindo à cobiça de possuir o que não lhe pertence, dentro de seis meses, a contar da recepção da presente carta, o certifique, por escrito, das suas verdadeiras intenções» (pp. 131-133).

<sup>33</sup> Cf. *Monumenta Henricina*, Vol. II (1411-1421), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, pp. 269-273, em que se reproduz, com o n.º 139, e datada de 22 de Janeiro de 1418, 'a doação pelo imperador Sigismundo ao infante D. Pedro, duque de Coimbra, da Marca de Treviso, em feudo, para ele, filhos e herdeiros legítimos por via masculina, com as províncias, cidades, terras, castelos, etc., com todos os direitos, jurisdições, meio e misto império, de que tomou posse o nobre varão e governador da casa do dito infante Álvaro de Ataíde'.

A pp. 275-277 do mesmo volume, insere-se a 'carta do imperador Sigismundo, a doar ao infante D. Pedro, duque de Coimbra e seu feudatário, como senhor da Marca de Treviso, a pensão anual de 20.000 ducados ou florins da Hungria, da sua câmara régia, para ele e descendentes, caso o infante passe à corte do Império, a deduzir depois dos rendimentos da marca trevisana'.

col Bucintoro e con molti palischermi e barche armate. Alloggiò alla casa del Marchese e fattegli le spese finchè stette qui e datigli assai doni e fattegli feste, sulle quale erano da 300 donne, la maggiore parte vestite di panno d'oro e di seta e assai velluti; al suo partito fue accompagnato da molti gentilhuomini fino a Chioggia, il quale andò poi al suo viaggio. Aveva con lui cavalli 300 a quali per la Signoria furono fatte le spese e 25 gentilhuomini l'accompagnarono fino a Ferrara<sup>34</sup>.

À partida, levava consigo o *Livro de Marco Polo* e mapas de regiões longínquas, como Valentim Fernandes<sup>35</sup> e António Galvão<sup>36</sup> referem, além de uma relíquia de Santo António, trazida de Pádua<sup>37</sup>. Este era também um modo de Veneza agradecer as liberdades concedidas aos venezianos em terras lusas. De qualquer modo, as festas e a riqueza, a liberalidade e o fausto então manifestados contribuíram para que Veneza permanecesse para sempre nas descrições, ainda que

<sup>34</sup> Marco Sanudo, *Vitas Ducum venet.*, in: Muratori, *Rerum Italicarum Scriptores*, Tomo XXII, Milano, Società Palatina, 1723-1751, p. 999.

<sup>35</sup> Cf. a introdução de Valentim Fernandes (ed.), à obra *Marco paulo. Ho liuro de Nycolao veneto. O trallado da carta de hum genoues das ditas terras*, Lisboa, 1502, apud: Francis M. Rogers, *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Cambridge / Massachusetts, Harvard University Press, 1961, p. 47: *Sobre esto ouui nesta vossa cidade Rey prudentissimo que o presente liuro os Venezianos teuerom escondido mujtos annos na casa do seu thesouro. E no tempo que ho Jffante dom Pedro de gloriosa memoria vosso tyo chegou a Veneza. E depois das grandes festas & honrras que lhe foram feitas pellas liberdades que elles tem nos vossos regnos. como por ho elle merecer. lhe oferecerom em grande presente o dito liuro de Marco paulo. que se regesse por elle. poys desejava de veer & andar pello mundo. Ho qual liuro dizem que esta na torre do tombo. E este se assy he quem ho sabera melhor que a vossa real Senhoria.*

<sup>36</sup> Cf. António Galvão, *Tratado... dos diuersos & desuayrados caminhos*, Lisboa, 1563, fl. 18r, apud: *idem, ibidem*, p. 48: *No anno de .1428. diz que foy o Infante dom Pedro a Inglaterra, França, Alemanha à casa sancta, & outras de aquella banda, tornou por Italia, esteue em Roma, & Veneza, trouxe de lá hum Mapamundo que tinha todo ambito da terra, & o estreito de Magalhães se chamaua, Cola do dragam, o cabo de Boa esperança, fronteira de Africa & que deste padram se ajudara ho Infante dom Anrique em seu descobrimento, Francisco de sousa tauarez me disse que no anno de 1528 ho Infante lhe amostrara huma Mapa que se achara no cartorio Dalcobaça que auia mais de cento & vinte annos que era feito, o qual tinha toda nauegaçam da India, com ho cabo de Boa esperança, como as dagora, se assi he isto, ja em tempo passado era tanto como agora, ou mais descuberto.*

Sobre os presentes oferecidos pela Sereníssima República ao Infante D. Pedro, veja-se igualmente Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 160-161.

<sup>37</sup> Cf. Francisco Leite de Faria, «A visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens», pp. 381 e ss., in: *Studia*, 13-14, Janeiro-Julho, 1964, pp. 377-485.

fabulosas, do nosso Infante por terras estranhas<sup>38</sup>. Gomes de Santo Estêvão, ao fazer a descrição das viagens do Príncipe das Sete Partidas, não deixa de referir esta etapa da viagem ao lado de outras menos verosímeis<sup>39</sup>, como é o caso de Chipre, de Mandua (o Grão-Turco),

<sup>38</sup> O esplendor das festas em honra de D. Pedro mereceram a atenção do alemão Valentim Fernandes, que considera o príncipe português como um visitante digno e erudito, escrevendo: *...no tempo que ho Jffante dom Pedro de gloriosa memoria... chegou a Veneza. E depois das grandes festas e honrras que lhe foram feitas pellas liberdades que elles tem nos vossos regnos, como por ho elle merecer, lhe offereçerom em grande presente o dito liuro de Marco paulo que se regesse por elle, poyz desejava de veer e andar pello mundo.* (Apud: Virgínia Rau, «Relações Diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V», *loc. cit.*, p. 249.)

<sup>39</sup> Sobre a credibilidade destas viagens dividem-se os historiadores: Oliveira Martins aceita-as (veja-se *op. cit.*, pp. 114-151), e o dinamarquês Sofus Larsen (em *Denmark og Portugal i det 15 Aarhundrede*, Aarboger for Nordisk Oldkyndighed og Historie, 3. ser. IX, 1919; Trad. port.: *Dinamarca e Portugal no Século XVI*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, *apud*: Rákóczi István, «A estada do Infante D. Pedro em terras húngaras e na corte do Imperador Segismundo», p. 92, in: *Biblos*, LXIX, 1993, pp. 79-93) apresenta dados que corroboram tal hipótese: *Na sua viagem ao estrangeiro, o rei Erik deve ter-se encontrado em 1424 na corte do imperador Sigismundo com o infante D. Pedro, o qual durante a guerra contra os turcos, acompanhou o Imperador, retirando dessa corte só depois de assinada a paz em 1424, para continuar a viagem até à Inglaterra e à Holanda. Em tais circunstâncias os dois Príncipes, parentes próximos, teriam a melhor das ocasiões de se conhecerem intimamente, sendo muito natural que D. Pedro (que durante a sua longa viagem pelo estrangeiro, reunia obras geográficas para seu irmão) tivesse falado deste ao rei Erik, bem como das suas predilecções, então bastante menos acentuadas.* (p. 26).

Em contrapartida, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (em «As Viagens do Infante», in: Condestável D. Pedro de Portugal, *Tragédia de la Insigne Reina Dona Isabel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, pp. 39-51) rebate tal possibilidade com base em documentação da época, admitindo, antes, que D. Pedro tivesse permanecido em Portugal até 1425. Na sua argumentação, toma como ponto de partida um relato sumário que o Condestável D. Pedro faz das viagens do seu progenitor: *[...] aquel que passando la grande Bretaña y las galicas y germanicas regiones, a las de Ungria e de Boemia e de Rosia partes pervino, guerreando contra los exercitos del grand Turco por tiempos estovo; e retornando por la maravillosa çibdad de Veneçia, venido a las ytalicas o esperias provincias, escodriño e vido las insignes e magnificas cosas, e llegando a la çibdad de Querino tanjo las sacras reliquias, reportando honor e grandissima gloria de todos los principes e reynos que vido.* (Apud *idem, ibidem*, p. 39). Na mesma linha se inserem os estudos de Francis M. Rogers, *op. cit.*, cujas ideias são expostas nos capítulos III e IV, intitulados «The European Tour» e «The Travels and the European Imagination», pp. 31-92, e, mais recentemente, Maria Helena da Rocha Pereira, «Helenismos no 'Livro da Virtuosa Benfeitoria'», p. 318 (in: *Biblos*, LVII, 1981, pp. 313-358), em que defende que teria sido justamente entre 1418 e 1425 que o Infante teria composto aquela obra, assim como Maria Helena da Cruz Coelho, «O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra», p. 16 (in: *Biblos*, LXIX,

de Babilónia, da Terra Santa (de que menciona com particular referência a cidade de Jerusalém), da Arménia, da Capadócia, de Samasa, da Arábia, dos Montes Gelboé e das paragens do Prestes João das Índias<sup>40</sup>. Veneza entrava, deste modo, para o mundo de um imaginário que assentava numa geografia não desprovida de traços fabulosos, capaz de despoletar a fantasia do homem daquela época.

Este aspecto, acentuado com a difusão da obra de Marco Polo e a popularidade que tal relato de viagens começou a disfrutar no nosso país<sup>41</sup>, passou a conferir aos venezianos um estatuto especial. E logo depois, a seguir ao Infante, outros portugueses buscam as vias da Sereníssima República, talvez porque as suas galés facilitassem o percurso dos peregrinos que pretendiam atingir a Terra Santa. Numa carta escrita de Bolonha, em 31 de Agosto de 1437, o Doutor João Beliágua comunica ao próprio infante D. Pedro, ao tempo regente do reino, a partida iminente do Conde de Ourém e de outros portugueses, apontando ainda a estada em Veneza do vedor do Conde de Ourém, Aires Ferreira Gonçalo de Sousa Diego Gil, a fim de preparar a dita viagem<sup>42</sup>:

Em Ueneza he Airas Fereira Gonçalo de Soussa Diego Gil uedor do Conde dOurem querem pasar ao sepulcro em a galle que passa em este mes de setembro com que o conde he hj pera pasar<sup>43</sup>.

1993, pp. 15-57), que data desta época a preocupação do Infante em «construir» o seu senhorio, não se tendo privado do estudo e da reflexão.

<sup>40</sup> Cf. Gomes de Santo Estêvão, *Livro do Infante D. Pedro, o qual andou as sete partidas do mundo*, Porto, por António Alves, 1906 (apesar de redigido por volta de 1437, a 1.ª ed. conhecida em Portugal só remonta a 1602 e, em Espanha, a ±1515), p. 2, no capítulo intitulado «De como o Infante chegou à cidade de Veneza e alli nos embarcamos»: *Logo fomos nosso caminho direito à cidade de Veneza, vendemos as cavalgadas em um logar perto da cidade, na qual passamos até ao reino de Chypre, e alli fomos fazer reverência á rainha de Nicósia, a qual estava mui triste por seu marido que o tinham preso os turcos.*

<sup>41</sup> A popularidade deste relato está documentada no ensaio de Francisco Leite de Faria, acima referenciado (*vide supra*, nota 37), onde se enumeram as 72 edições espanholas, as 79 portuguesas e ainda a tradução inglesa da responsabilidade do Professor Rogers.

<sup>42</sup> Documento 1092, in *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Volume IV (1431-1445), Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1970, pp. 172-173. (Biblioteca Medicea-Laurenziana, de Florença, *Fondo Ashburn*, cód. 1792, Vol. I, fls. 183 v, donde se transcreve).

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*, p. 173.

Mas o interesse dos venezianos em explorar as novas rotas abertas com os descobrimentos portugueses cedo desperta. A comunidade de mercadores sediada no Algarve aumenta consideravelmente e estes reivindicam mais regalias. Devido à sua importância crescente, D. João I dirige uma carta ao alcaide e escrivão de Lagos, em 1411, a conceder privilégios especiais aos venezianos para os intercâmbios comerciais que pretendam realizar. Através de outra carta datada de 6 de Novembro de 1434, D. Duarte isenta Antonio Valim de se tornar besteiro do conto e de servir nos ofícios do concelho de Raposeira, onde residia, e bem assim toda a comunidade veneziana, respondendo, deste modo, a um pedido formulado por Lourenço Donado, carpinteiro das galés de Veneza<sup>44</sup>. No mesmo sentido se explica que, em 13 de Janeiro de 1442, o infante D. Pedro, então regente, conceda igualmente uma carta ao mesmo Antonio Valim, a isentá-lo de impostos e serviços, quer em atenção à sua naturalidade, quer ao facto de ter sido recomendado por alguns capitães de Sereníssima República<sup>45</sup>. Em 1454, chega à mesma vila de Raposeira, no Algarve, Alvise di Cà da Mosto<sup>46</sup>, que aí estabelece conhecimento com o cônsul veneziano Patrizio di Conti. Logo se informa das novas possibilidades do comércio ultramarino. Entusiasmado, faz no ano seguinte a primeira viagem à Guiné<sup>47</sup>, donde traz escravos e papagaios, e, em Maio de 1456, empreende uma segunda viagem na companhia do genovês Antoniotto Uso di Mare (ou Antonio Noli ou da Nola), alcançando o Rio Grande e as ilhas de Bijagós<sup>48</sup>. Dessa experiência, recolhe o material necessário para a composição da obra a que deu o título de *Viagens*: aí aborda não só as virtudes e qualidades do infante D. Henrique e os

<sup>44</sup> Cf. *Monumenta Henricina*, Vol. V (1434-1436), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1963, Doc. 103, p. 103.

<sup>45</sup> Cf. *idem, ibidem*, Doc. 195, pp. 283-284.

<sup>46</sup> Alvise di Cà da Mosto ou Cadamosto, navegador e mercador veneziano, nasceu em 1432. Depois de efectuar diversas viagens no Mediterrâneo e para a Flandres, participava na esquadra veneziana que ventos adversos impeliram para o Cabo de S. Vicente, em 8 de Agosto de 1454. Atraído pelas facilidades concedidas pelo infante D. Henrique a mercadores estrangeiros para comerciarem com o litoral africano recém-descoberto, resolveu estabelecer-se na costa algarvia.

<sup>47</sup> Partiu de Lagos a 22 de Maio de 1455 com Vicente Dias, passaram pelo Porto Santo, Canárias, Cabo Branco e chegaram à região do Senegal.

<sup>48</sup> Partiu igualmente de Lagos com três caravelas, desta vez rumo ao Cabo Branco, Cabo Verde, Gâmbia, Cabo Roxo e Guiné. Depois de regressar, ainda permaneceu em Portugal até 1463, data em que volta a Veneza, vindo ali a falecer em 1488.

contactos com ele estabelecidos, como também descreve a empresa dos descobrimentos marítimos, a colonização das ilhas e a exploração comercial do litoral das novas terras<sup>49</sup>. Em 1463, já cansado, regressa de vez à pátria<sup>50</sup>.

Neste contexto, outras famílias venezianas se notabilizaram na gesta marítima. Talvez a mais conhecida tivesse sido a dos Caboto, que se notabilizou por ter fornecido diversas gerações de pilotos nas décadas seguintes<sup>51</sup>. Patrício Conti era outro veneziano, cônsul em Lisboa, muito da privança do infante D. Henrique nos trabalhos náuticos<sup>52</sup> e, depois, já em pleno século XVI, Pascoal Montagna é nomeado mestre de calafates nos estaleiros régios. Outros notabilizaram-se, posteriormente, nas expedições da Índia, como navegadores, mercadores ou correios de notícias e despachos dos negócios, entre a metrópole e o Oriente. Bonadjuto d'Albano, conhecedor das línguas, dos costumes e da vida comercial do Oriente, veio de Cananor para Lisboa com Afonso de Albuquerque. Em 1505, volta à Índia, mandado por D. Manuel, na frota de D. Francisco de Almeida, prestando sempre úteis serviços aos portugueses<sup>53</sup>. Ainda mais tarde, Antonio Barocci trouxe, por três vezes, cartas e avisos do vice-rei D. Luís de Ataíde e do governador Fernão Teles de Meneses, da Índia a Portugal, fazendo o percurso sempre por terra. Pelo facto, defronta-se amiúde com graves perigos e trabalhos; foi preso durante um ano, perde jóias e dinheiro..., até que foi recompensado, em 1584, com o lugar de escrivão da Feitoria de Diu e, depois, com o cargo vitalício de corretor da mesma<sup>54</sup>. Outros ainda deixaram o seu nome ligado aos negócios com as novas terras, como sucedeu com os irmãos Vicente e João de Olmo, que também foi cônsul de Veneza em Lisboa, e Antonio, Marco Antonio e João Antonio Priuli<sup>55</sup>.

Aos venezianos, prestava-lhes D. Afonso V um acolhimento

<sup>49</sup> Cf. os excertos da sua obra incluídos nos *Monumenta Henricina*, Vol. XIV (1460-1469), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte D. Henrique, 1973, pp. 55-64, acompanhados da respectiva tradução a pp. 65-76, da responsabilidade de João Franco Machado.

<sup>50</sup> Cf. Hermann Kellenbenz, «Die Fremden Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel vom 15. Jahrhundert bis zum Ende des 16. Jahrhunderts», pp. 273-274, in *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel, loc. cit.*, pp. 265-376.

<sup>51</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 274.

<sup>52</sup> Cf. Carlos de Passos, *op. cit.*, p. 218.

<sup>53</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 211.

<sup>54</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 210.

<sup>55</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 215.

cortês e cheio de afabilidade, dispensando-lhes as maiores atenções e cumulando-os de presentes, que iam da provisão de refrescos de fruta, a vinho, biscoitos, vacas, carneiros e a pães alvos<sup>56</sup>. E nem a excomunhão que o Papa Sisto IV lhes lançou em 1483, consegue enfraquecer o prestígio que a República de S. Marcos gozava em Portugal: segundo parece, a Bula papal nem chegou a ser publicada no nosso país<sup>57</sup>. A confirmação das cordiais relações que se estabeleceram entre os dois estados é testemunhada pela troca de embaixadas e pelas assíduas delegações venezianas que começaram a visitar a nossa corte. De 1456 a 1460, o Doutor João Fernandes, embaixador famoso que servira em cerca de dez embaixadas, entre as quais as das negociações dos casamentos de D. Leonor com o Imperador da Alemanha, da Infanta D. Joana com Henrique IV de Castela e de D. Afonso V com a princesa D. Joana, herdeira do trono castelhano, percorre a Itália, de Roma a Florença e a Veneza, na qualidade de representante do soberano português<sup>58</sup>. Quando os portugueses se começam a aventurar pelas terras do Oriente, uma carta datada de 20 de Março de 1452, de D. Afonso V de Aragão, recomenda ao doge de Veneza Luís Meneses ou de Meneses e António ou Antão Gonçalves, ambos cavaleiros, que se dirigiam «às partes dos turcos» com duas caravelas suas, para que, no caso de serem impelidos pelas tempestades, pudessem recolher-se em territórios venezianos<sup>59</sup>.

Ao determinar o estabelecimento dos «dytados em lynguoajem», em 1471, para utilizar na correspondência com os soberanos e príncipes estrangeiros e a respeitar na ordem de precedência dada aos respectivos embaixadores, depois do imperador e dos reis, D. Afonso V refere os duques pela seguinte ordem: Duque da Borgonha, Duque da Bretanha, Duque de Milão, Duque de Saboia, Duque de Modena e Duque da Baviera. No entanto, nesta categoria eram ainda mencionados o Doge de Veneza e o de Génova, especificando-se a precedência dada ao primeiro com o tratamento de «*muy magnifiquo e poderoso ... Duque de Veneza, nosso muito amado e preçado Amigo*», enquanto

<sup>56</sup> Cf. Conde de Tovar, *op. cit.*, pp. 43-44, e «Ordenança que se soya dar aas galees de veneza», reproduzida nesta mesma obra, na p. 70.

<sup>57</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 45-50 e 70-73.

<sup>58</sup> Cf. Virgínia Rau, «Relações Diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V», *loc. cit.*, p. 252.

<sup>59</sup> Cf. *Monumenta Henricina*, Vol. XI (1451-1454), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1970, Doc. 119, pp. 144-145.

para o Doge de Génova se referia apenas «*muito homrado e magnifiquo...*, *Duque de Génova*»<sup>60</sup>.

Anunciava-se, deste modo, uma época de cordiais relações políticas e económicas entre os dois estados. Depressa, porém, se verificou que nem tudo correspondia à realidade objectiva dos factos. A 30 de Setembro de 1453, o Papa Nicolau V proclama a cruzada contra o Turco e o seu sucessor, Calisto III, empenha-se em mobilizar os príncipes da Cristandade. Mas, em Abril do ano seguinte, Veneza renova em Constantinopla o tratado com o sultão Mohamed II, comprometendo-se a não dar apoio naval aos inimigos deste último. Deste modo, as forças cristãs deixam de contar com a principal potência naval da Itália. D. Afonso V decide, então, participar na cruzada e envia a Roma, na qualidade de embaixador, João Fernandes da Silveira, a fim de anunciar a sua resolução e sondar Florença, Génova e Veneza, para se informar da ajuda com que poderia contar. Através deste embaixador se obtém também um mapa-mundo circular pintado em Veneza por Fra Mauro e Andrea Bianco entre 1457 e 1459, talvez a pedido do infante D. Henrique<sup>61</sup>. A 4 de Fevereiro de 1456, a Senhoria, reunida em conselho, deliberou, diplomaticamente, encontrar-se disposta a fornecer a ajuda solicitada pelo monarca português animado pelo espírito de lutar contra o infiel e a providenciar o alojamento, vitualhas e demais comodidades nos portos e terras da Sereníssima República, mas nada mais<sup>62</sup>. De modo idêntico se expres-

<sup>60</sup> Cf. Virgínia Rau, «Relações Diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V», *loc. cit.*, p. 253.

<sup>61</sup> Cf. *Monumenta Henricina*, Vol. XIV (1460-1469), *loc. cit.*, p. 199-204, onde se apresenta uma «carta de quitação, passada por el-rei D. Afonso V ao Dr. João Fernandes da Silveira, do seu conselho, dos dinheiros que, por seu mandato, ele recebera e despendera na corte de Roma, onde estivera em serviço régio nos anos de 1456 a 1460, nomeadamente no pagamento aos pintores que pintaram o mapa-mundi de Veneza», e em que se diz expressamente, a p. 202: [...] *E deu e despendeu trimta ducados tres quartos aos pyntores que pyntaram o mapa mundo em Veneza; e esto por sse nom perder o que ja em elle era fecto.*

<sup>62</sup> Cf. *idem, ibidem* pp. 254-260.

Nos *Monumenta Henricina*, Vol. XII (1454-1456) (Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1971, Doc. 109, pp. 202-204), é reproduzida a carta, datada de 4 de Fevereiro de 1456, da «Senhoria de Veneza, na qual, em resposta à carta de el-rei D. Afonso V de Portugal, enviada por seu embaixador Dr. João Fernandes da Silveira, sobre a disposição da dita Senhoria acerca da guerra contra o turco e das facilidades que concederia à armada portuguesa que contra ele se enviasse, depois de sublinhar as tradicionais boas relações entre a referida República e Portugal, se afirma: não haver consti-

saram os restantes estados italianos <sup>63</sup>, mas D. Afonso V desistiu de tal empreendimento, orientando os seus interesses para a conquista de praças marroquinas.

Em contrapartida, a primeira embaixada veneziana de que há notícia, depois da de Nicolò da Canale, é a de Girolamo Donato, de 1485, que apresentava os agradecimentos da Sereníssima República de Veneza pelo acolhimento benevolente e cavalheiresco que D. João II dispensara aos mercadores venezianos assaltados por piratas franceses junto do Cabo de S. Vicente e abandonados ao largo de Cascais <sup>64</sup>. O Conde de Tovar adianta ainda que tais testemunhos de gratidão, pela importância diplomática que mereceram, referir-se-iam também à atitude assumida pelo monarca português em relação à bula da excomunhão acima mencionada <sup>65</sup>. De qualquer modo, esta missão despertou nos portugueses a atenção suficiente para que Rui de Pina

tuído surpresa para o dito Senado a deliberação assumida pelo rei de Portugal, pois são sobejamente conhecidas de todos as gloriosas operações portuguesas durante tantos anos levadas a cabo contra os seus vizinhos infiéis, de sorte que se louva o propósito do monarca de experimentar as suas forças contra os turcos, juntamente com outras potências cristãs; quanto à intenção dos venezianos sobre o particular, numerosos factos atestam como seus antepassados e eles próprios sempre estiveram prontos para agir contra os infiéis, sem olharem a perigos e despesas, de maneira que, quando virem os demais príncipes e forças cristãs moverem-se contra os turcos, maximamente por terra, porque para os subjugar se necessita sobretudo de poderoso exército terrestre, sem o qual pouco ou nada se conseguirá, que então se determinarão; quanto ao compromisso do fornecimento de vitualhas e de outras vantagens em seus pontos, terras e lugares, quando o rei de Portugal transitar pelos mesmos com sua armada, tenha o soberano a certeza de que serão tão bem recebidos e tratados nas terras venezianas como em sua própria pátria; certo é ter sido péssimo a sua colheita de cereais de dois anos, do que têm grande penúria, entretanto, da sua parte de bom grado se fará o que se puder, enfim, se o embaixador solicitar carta patente sobre o assunto, seja-lhe passada, a respeito das garantias e das vitualhas».

<sup>63</sup> Francesco Sforza, duque de Milão, por exemplo, envia a D. Afonso V uma carta datada de 18 de Setembro de 1456 em resposta a outra do nosso monarca de 20 de Junho anterior e entregue pelo cavaleiro Gil Moniz, na qual notificava a sua decisão de avançar contra o turco, em defesa da Fé. Sforza admira a sublimidade do espírito do monarca português, a sua resolução e o voto de ir pessoalmente combater os infiéis em terras tão distantes. Exorta-o a avançar para Itália, onde estão todos preparados para o receberem e coadjuvarem (Cf. *Monumenta Henricina*, Vol. XIII (1456-1460), Coimbra, 1972, Doc. 24, pp. 33-35).

<sup>64</sup> Cf. Conde de Tovar, *op. cit.*, pp. 51-57 e Donald Weinstein, *op. cit.*, p. 11 e 66-67.

<sup>65</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 56.

relatasse na *Crónica de D. João II* <sup>66</sup>, com todo o pormenor, os vários episódios que integraram tal acontecimento:

Neste anno foram ao Cabo de Sam Vicente tomadas, e roubadas de Francezes quatro Galees de Veneza que hiam muy ricas em Frandres; cujo Capitam e Patrões dellas, foram per os Francezes lançados, roubados, feridos, e mal tratados em Cascaes, onde entam estava Dona Maria de Meneses, Condessa de Monsanto; sendo ElRey em Alcobaga, e a Raynha sua mulher em Sintra. Os quaaes Capitã, e Patrões, aalem de serem logo da Condessa mui bem recebidos, honrados, e agasalhados em gram comprimento, ainda os proveeo de bestas, e dinheiro. O que a Condessa assi fez tanto por usar de sua nobreza e vertudes, como por ser afeiçoada aquella Naçam: e também nom lhe esqueceo que fazia nisso prazer, e serviço a ElRey. Foramse esperar ElRey a Sintra, onde a Raynha os mandou agasalhar, proveer com grande honra, e muita abastança, como a suas muitas bondades, e grandeza convynha, atee que ElRey chegou, que depois de logo saber como o dicto Capitam, e Patrões vynham em todo desbaratados, nom os quiz veer, nem outir, atee primeiro lhes nom mandar aas pousadas, mullas, e cavallos, vestidos inteiros, e dobrados de brocados, e sedas com todalas outras cousas, que pera elles, e pera os outros eram necessarias. E com isto lhe emviou dizer, que pera homens tam honrado, e tanto seus amigos fallarem a tal rey, nom convynha que ante elle viessem em menos abetos, porque seendo doutra maneira, pareceria que seus Regnos lhe eram estranhos, o que muito sentiria; porque pella antyga amizade que elle, e os Reys seus antecessores tynham com Veneza, todolos de sua Naçam deviam aver, e estimar seus Regnos, e Senhorios por propria sua terra. E así foram ante ElRey, que com grande honra, e muito acolhimento os recebeo; em cujas palavras entam, e depois nas obras, elles bem mostraram ser em tudo gente nobre, e agardecida. E a seu mal, e destroço que com razões de grande miseria, e extrema necessidade ante ElRey propoeram, elle se ofereceo a todo o que fosse razam, e possivel; em especial, porque os Francezes tynham ainda em Cascaes as dictas Gales, disse: que se as quisessem cobrar, e resgatar, lhe emprestaria pera isso quarenta mil cruzados d'ouro, e mais se mais quisessem. E porque os Francezes com os Venezianos nom quiseram vyr a razoado concerto, os Francezes recolheram a seus navios as mercadorias das galees, e venderam, e deram os cascos dellas, que ElRey comprou, e recolheo, e teve sempre em Riba-Tejo, aa despoçam do que a Senhoria de Veneza ordenasse. Defendendo por favor da presa, que nenhñas cousas dellas, em seus Regnos se comprassem e assy se comprio. E ao despedir do dicto Capitam, e Padrões, ElRey pera despesa do caminho, lhes fez mercee a todos em abastança. E porque a este tempo em vyndo ho Mordomo Moor de dar a obediencia que a traz disse, veeo a Veneza polla veer, certo a Senhoria em recebimentos, apousentamentos despesas, festas e dadas ricas, que lhe fez, craramente mostrou que no Duque, e pessoas, que a dicta Senhoria regiam avia muita nobreza com muy singular gratificaçam. Os quaaes nom acabando ahinda per aquy de reconhecer a ElRey a mercee, e honra que a seu Capitam, e Patrões por seu respeito fizera, lhas enviaram

<sup>66</sup> Rui de Pina, *Croniquaa Delrey Dom Joham II*, Coimbra, Atlântida, 1950.

per tanta distancia de terras remercear, e conhecer com hũa muy solẽpne embaixada, que pera o caso nom careceo de palavras doces, e muy elegantes, e assy com ricos serviços, e presentes. E veeo por Embaixador Iheronimo Donato grande Leterado, e singular Orador, a que ElRey, e toda a Corte fez muita honra, e ao despedir lhe fez ElRey mercee de mullas, cavallos, negros, e muyta prata, e muy ricamente lavrada <sup>67</sup>.

Assim se abria uma nova fase nas relações de Portugal com a República de S. Marcos, pelo que se torna curioso verificar a reverência com que os nossos monarcas passaram a tratar Veneza no contexto dos estados europeus e, por cá, os mercadores daquelas paragens.

Por outro lado, a prosperidade resultante das descobertas e do comércio com as costas africanas fizeram de Lisboa um porto que atraía os mercadores venezianos e, com os primeiros sinais de riqueza, Portugal torna-se, então, um bom cliente daquela República: de lá nos chegavam sedas e brocados, vidros, armas, especiarias, perfumes, luvas, livros e artigos de luxo <sup>68</sup>. Para a preparação dos esponsais do príncipe D. Afonso com a princesa D. Joana, D. João II manda vir não só de Itália, mas de toda a Europa, os tecidos e os artigos necessários para tornarem a corte portuguesa uma das mais opulentas da época —, como refere Garcia de Resende na Crónica deste monarca:

E tanta foy a cantidade que dos ditos brocados, e sedas se comprou, e pera o dito casamento foram necessárias, que pera as receytas que leuauam não abastaram quantas acharam em Genoa, Florença, e Veneza, especialmente brocados, e sedas, que ainda deixaram muitos fazendo-se nos teares, que depois foram trazidas <sup>69</sup>.

Em meados do século seguinte, mais concretamente entre 1558 e 1561, quando Frei Filipe, Frei Clemente, do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e Fernão da Maia vão a Roma para tratar de assuntos de natureza religiosa <sup>70</sup>, passam por Veneza na viagem de regresso com

<sup>67</sup> *Idem, ibidem*, Cap. XXI: «Tomada das Galees de Veneza pelos Francezes», Este episódio aparece igualmente relatado, e com todo o detalhe, por Garcia de Resende, na *Crónica de D. João II*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, Cap. LVIII, p. 91-93. Pela relação analógica com o relato transcrito, pode-se ver até que ponto este autor se serviu da obra de Rui de Pina.

<sup>68</sup> Cf. Donald Weinstein, *op. cit.*, p. 54.

<sup>69</sup> Garcia de Resende, *op. cit.*, cap. CVII, pp. 157-158.

<sup>70</sup> Cf. Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, *De Coimbra a Roma. Uma Viagem em Meados de Quinhentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.

idêntico propósito de adquirirem naquela cidade sebastos para uma capa, um manto e duas dalmáticas, no valor de 155 escudos de ouro <sup>71</sup>. Não era apenas a nobreza que sucumbia ao fascínio dos tecidos ricos venezianos. Também ao clero não era indiferente o lavrado artístico dos bordados daquela cidade...

À parte estas particularidades, no reinado de D. João II, continuam a persistir dois outros motivos já recorrentes, sempre que se invoca a imagem da cidade de Veneza: a luta contra o turco e a riqueza acumulada com o comércio. Por essa razão, estes dois aspectos aparecem associados na *Miscelânea* de Garcia de Resende, até mesmo quando já se refere a D. Manuel I:

Rey e Principe se vio  
de Castella, e la andou,  
dí a pouco descubrio  
ha India, e ha tomou,  
como todo ho mundo ouuio,  
tomando reynos, e terras  
por muy guerreadas guerras,  
ganhando toda ha riqueza  
do Soldam e de Veneza  
sojugando mares, serras <sup>72</sup>.

Mas se a guerra com o infiel não representara uma ameaça para as boas relações diplomáticas entre os dois estados, a era da cordialidade parecia ameaçada ou, até mesmo, ter chegado ao fim com a desconfiança e a rivalidade, depois da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Os portugueses, afinal, tinham superado os italianos nas artes de comerciar e agora disputavam-lhes o terreno. Na mesma

<sup>71</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 127: [fl. 52 v.] *Item em Veneza aos 18 de Outubro de 1561 nos con<certamos com> hum burlador pera nos sebastos pera hũa capa manto e duas dalmáticas todos bem acabados por cento e cinquenta e cinco escudos de ouro os quaes se hão de pagar em Veneza ou em Lisboa e hão de ser estes sebastos da maneira que nos mostrou o da capa que ja estava quasi todo acabado e este dinheiro se ha de pagar ao senhor Dom Fulgencio ou a quem Sua Santidade mandar porque elle se encarregou por fazer merce a congregacam e a nos de os mandar acabar como com Sua Santidade praticamos e lhe ficou per rol pera sua lembrança e logo pagamos ao burlador dez escudos de ouro em sinal e parte de pago e ao corretor que esto negociou e notairo que fez a procuraçam que pera este negocio mandamos fazer ao senhor Dom Fulgencio pagamos hum escudo de ouro [...].*

<sup>72</sup> Garcia de Resende, *Miscellania*, in Garcia de Resende, *op. cit.*, p. 343.

obra, Garcia de Resende ousa estabelecer este paralelo, quando trata das riquezas da Índia:

Querem ouro, prata, cobre,  
vermelhão, querem coral,  
azogue tambem la val,  
quem tẽ vinho nõ vem pobre,  
se he de Almada, ou do Sexal:  
nõ vendẽ nada algũs meses,  
te que vão os Portugueses,  
por venderem junto, e bem:  
mais modo nõ tracto tem  
que Veneza, e Genoeses.<sup>73</sup>

Assim, entre 1530 e 1570, quase se verificou uma ruptura nas relações políticas entre o nosso reino e aquela República. Mas a curiosidade da Senhoria sobre as actividades dos portugueses no mar oceano leva-a, no entanto, a não descurar as relações diplomáticas com o nosso país, aparentemente por uma questão de cortesia. Tinha-se iniciado a «era das embaixadas». Ainda antes da descoberta da Índia, vem a Portugal um embaixador, que o rei acolhe em Torres Vedras, segundo afirma Damião de Góis:

[...] no mes de Setembro se foi a Torres Vedras, onde veo ter hum embaixador de Veneza, que ho vinha visitar da parte da Senhoria. A este embaixador armou elRei caualleiro de sua mão, & lhe fez muitas merçes, cõ q se tornou muĩ contẽte pera Veneza, onde no Senado dixẽ muitos lououres de sua pessoa, & relatou ho grande amor & afeiçam q nelle achara pera todas as cousas que a sua republica comprissem, ho que cõfirmou, & renouou nos corações de todosos daquella çidade, ha antigua amizade que entre elles, & ha naçam Portuguesa antigamẽte sẽpre houue<sup>74</sup>.

Mas logo à chegada, as notícias do sucesso da viagem de Vasco da Gama provocaram atritos e daí resulta uma certa tensão nas relações entre Portugal e a Sereníssima República. Vários agentes foram enviados a Lisboa a fim de recolherem dados sobre as descobertas, então, as conquistas e os estabelecimentos além-mar dos portugueses. Entre os comissionados figura Comti, cõsul da República em Lis-

<sup>73</sup> *Idem, Ibidem*, p. 347.

<sup>74</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte I, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949-1955, cap. XVI, pp. 36-37.

boa, Trevisino, secretário da embaixada em Madrid, e, finalmente, Vincenzo Quirini<sup>75</sup>.

Mas, devido à ameaça turca, em 1500, a tensão existente dilui-se um tanto. Domenico Pisani vem a Portugal solicitar a colaboração de forças portuguesas para combater *pro fide catholica*. Não é tão bem sucedido quanto esperava, porque D. Manuel invoca outros compromissos: a guerra com o rei de Fez, a empresa africana e a armada enviada à Índia no ano anterior. Apesar disso, acabou por encarregar João de Menezes de organizar uma expedição com destino ao Mediterrâneo, que não chegou a ter uma intervenção decisiva<sup>76</sup>. Todavia, as notícias sobre a armada das Índias levam o Senado a enviar a Lisboa uma embaixada especial, logo no ano seguinte, chefiada por Pietro Pasqualigo, com o pretexto de apresentar os agradecimentos de Veneza e exortar o nosso monarca a manter a promessa feita, muito embora o seu objectivo principal fosse o de observar as actividades marítimas dos portugueses. Apesar de tudo, ainda era intenção de Veneza tentar salvar e manter ilesas as antigas relações de amizade. Como testemunho dos seus intentos, oferece a D. Manuel um *ex-libris* da cidade dos canais — uma gôndola negra —, e um manto de oiro<sup>77</sup>. Esta embaixada consegue, pois, exhibir toda a magnificência da Sereníssima República de S. Marcos, deixando deslumbrada não só a corte, como toda a população da capital. D. Manuel retribui tais presentes, nomeando Pietro Pasqualigo cavaleiro de sua câmara e convidando-o para padrinho do infante D. João<sup>78</sup>. O embaixador, de regresso à pátria, jamais deixa de apregoar as virtudes do rei português e esforça-se por consolidar a amizade entre os dois estados através da assinatura de pactos. Dele se divulgou na época, tornando-se por demais conhecida, uma das cartas endereçada a seus irmãos e datada de 19 de Outubro de 1501, que relatava a viagem de Gaspar Corte-Real<sup>79</sup>.

De todos os contactos estabelecidos a partir de então, resultam memórias, cartas, relações, meras informações ou simples notícias. Giovanni Matteo Camerini, o Crético, secretário de Domenico Pisani,

<sup>75</sup> Sobre este assunto, veja-se Visconde de Soveral, *Apontamentos sobre as Antigas Relações Políticas e Commerciaes de Portugal com a República de Veneza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 6.

<sup>76</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 19-21.

<sup>77</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 75.

<sup>78</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 75 e 98.

<sup>79</sup> Cf. Carlos de Passos, *op. cit.*, p. 212.

embaixador de Veneza na corte de Madrid, veio a Lisboa por diversas vezes e, numa carta de 27 de Junho de 1501 fala das terras recém-descobertas<sup>80</sup>. Giovanni Francesco Affaitati ou Lafetá, conde de Cremona, homem culto, como provam as suas missivas, relatou a evolução da empresa marítima e das conquistas, assim como o florescimento dos negócios com o Oriente. A sua carta de 26 de Junho de 1501, enviada igualmente a Domenico Pisani, transmite a informação da descoberta do Brasil, logo após a chegada a Lisboa do primeiro navio da armada de Pedro Álvares Cabral<sup>81</sup>. Na frota de 1502, capitaneada por Vasco da Gama, segue também Matteo da Bergamo numa nau comercial de Giovanni F. Affaitati, de quem era agente, e que redige um relatório sobre essa mesma viagem<sup>82</sup>.

No entanto, a primeira *relazione* de que há notícia no Arquivo de Estado de Veneza, que trata da situação política e das condições económicas do nosso país, foi redigida por Leonardo de Cà Masser, em 1506, que se deslocara a Portugal não como embaixador, mas como emissário secreto do Conselho dos Dez, dois anos antes, e por cá permanece durante este mesmo período de tempo. Dela constam as informações por ele recolhidas sobre as navegações dos portugueses, relatando tudo, desde o momento em que tinham chegado àquela cidade rumores de que os navios de Portugal tinham alcançado a Índia por via marítima<sup>83</sup>. Piores informações para os interesses venezianos chegam na *relazione* seguinte, embora datada do mesmo ano, de Vicenzo Quirini, então embaixador na corte de Filipe, o Bom, da Borgonha, e de Joana, a Louca, que acompanhou os monarcas a Madrid quando

<sup>80</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 213.

<sup>81</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 160 e 226-227.

<sup>82</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 160.

<sup>83</sup> Cf. Conde de Tovar. *O Arquivo de Estado de Veneza, loc. cit.*, p. 35; Carlos de Passos, *op. cit.*, p. 212; e Donald Weinstein, *op. cit.*, p. 80, que refere sobre esta missão os seguintes detalhes: *The Giunta's instructions show how little the Venetians had learned of the Portuguese enterprise. Ca' Messer was sent to find out how many ships had returned from India in all, how many were expected to return; the nature, quantity, and quality of the cargoes; the number, weights, and sizes of all the commodities as well as their prices; what share of the cargoes and expeditions was owned by the King, and what by private investors; the destinations of the goods, and what quantities were sent to each place; where in India the Portuguese traded and where not; where there was any opposition and whether there was any news of Arab preparations to obstruct the Portuguese. He was also instructed to gather all pertinent data on the voyages: the difficulties encountered, the morale of the sailors, whether foreigners were allowed either as sailors or as merchants, and any other information that he might think useful.*

esta herdou o trono de Castela: aí se relatam já os feitos de armas e os empreendimentos dos portugueses na Índia, bem como as previsões das nefastas consequências para o comércio dos seus compatriotas<sup>84</sup>.

Procuram-se alternativas e Lisboa surge como a possível fornecedora da especiaria de que Veneza necessita. A República de S. Marcos manda a Lisboa o capitão de cinco galeaças, que viajava com destino a Inglaterra, na qualidade de embaixador especial, para tratar do negócio. Damião de Góis alude a este episódio e revela o empenho manifestado pelo monarca português para que a corte pudesse corresponder à ostentação patenteada pelo embaixador veneziano. Não obstante, é curiosa a maneira como o cerimonial se processa desta vez, distinguindo-se claramente a recepção diplomática da outra destinada exclusivamente a tratar de assuntos comerciais e, em que, apesar de tudo, D. Manuel acaba por satisfazer a generalidade dos pedidos efectuados pelo Embaixador, mas deixando em aberto uma decisão sobre a questão principal:

Depois de hos Venezeanos terẽ perdida ha speranza de has speçerrias virem da India a baluto, & Alexandria em tanta quantidade, quomo dantes vinham, tentaram muitas vezes de fazer contractos com elRei dom Manuel pera per preço certo lhe tomarem todalas q della viessem, & vendo que has cousas da India se azauam pera cada vez terem menos speranza de has poderem hauer quomo soiam, deram comissam a hum gèral, de çinco galeaças (que mandaram neste Anno a Inglaterra) per nome de Alexandre de pesaro, que nam passasse sem entrar no porto de Lisboa, pera de sua parte visitar elRei, & tractar com elle quomo embaixador algũas cousas que trazia per lembrança: das quaes ha mais sustançial era sobre este contracto das speçiarrias. [...] dahi a algũs dias ho ouuio elRei [o embaixador] particularmente: mas posto que elle alegasse muitas rezões, pera se fazer o contracto das speçiarrias çerrado, elRei nam quis consentir nisso, conçedendo-lhe com tudo todalas mais cousas que trazia em seus appointamentos, de que ha prinçipal era ha confirmaçam dos preuilegios dentre estes Regnos, & ha senhoria de Veneza, mas posto que ho embaixador nam fosse muito contente, por nam acabar ho ponto prinçipal a que vinha, mostrando ir satisfeito da muita honrra que lhe elRei fezera, & do mais que negoçeara, lhe mandou hũa muim ferosa baixella de cristalino, & outra ha Rainha, do que elRei nam desconheçido lhe mandou hum presente de todalas speçiarrias, & drogas, assi sequas, quomo de conserua, & algũas peças de seda, & brocadilhos, & outras gẽtilezas que vẽ da India. Com que depois do faleçimento delRei, se partio muim contente destes Regnos, & fez sempre em Veneza, onde ho eu ainda conheçi, & conuseri, muita honrra, & cortesia ahos portugueses, offereçendo-lhes sua amizade, & prestemo quãdo lhes qualqr cousa delle cõprisse<sup>85</sup>.

<sup>84</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 35-36.

<sup>85</sup> Damião de Góis, *op. cit.*, Parte IV, Cap. LXXXI, pp. 219-220.

Insistindo no estabelecimento de um acordo que não ameaçasse as boas relações ainda existentes, em 1527, volta o Senado a propor a arrematação de toda a especiaria chegada a Lisboa, exceptuando a quantidade necessária para o consumo do reino. Mas, entretanto, sobrevieram contratempos e guerras, e tal proposta ficou sem efeito. Pelas razões económicas apontadas, a navegação entre Lisboa e Veneza declina nas décadas seguintes.

Paradoxalmente, Portugal sempre permaneceu bem informado dos principais acontecimentos que afectavam a República de Veneza. Através da correspondência que os núncios apostólicos estabeleciam com a Cúria, a ameaça turca a territórios sob administração veneziana era uma constante dessas missivas. A retirada turca de Corfù, em 1537<sup>86</sup>, a necessidade urgente de se angariarem os fundos para se empreender a guerra contra o infiel, então encabeçada por Veneza<sup>87</sup>, e as conversações destinadas à preparação e financiamento da armada da liga dos príncipes da Cristandade, bem como da respectiva ofensiva militar que a deveria acompanhar, constituem motivos que continuamente se retomam de 1538 a 1553 nessas cartas trocadas entre Lisboa e Roma, qualquer que fosse o núncio apostólico em funções<sup>88</sup>. Todo e qualquer pormenor, um ataque, um novo aliado, algum contributo para engrossar as fileiras da armada cristã, a trégua com o turco de 1539, a tomada de Castelnuovo pelos infiéis, em 1539, tudo é detalhadamente referido. Assim se compreende a importância da Sereníssima República no equilíbrio dos estados europeus: qualquer ameaça contra ela significava um perigo para toda a Cristandade.

Mais uma vez se tenta persuadir o monarca português a integrar essa armada aliada<sup>89</sup>, mas os rumores de uma ameaça turca contra posições portuguesas na Índia difundidos pelo embaixador português em Roma, D. Pedro de Mascarenhas, pretendem antes reforçar a ideia de que é preferível privilegiar a luta contra o turco, atacando-o noutra flanco. No entanto, tal argumento não é levado a sério pela Cúria, que não tem conhecimento de quaisquer recontros, e o núncio é avisado

<sup>86</sup> Cf. Charles-Martial de Witte, *op. cit.*, Volume II-Textos, p. 190.

<sup>87</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 218.

<sup>88</sup> Ilustram todo este complexo processo as referências a Veneza contidas no Volume II da obra que temos vindo a citar, a pp. 242, 243, 254, 261, 279, 185, 303, 308, 348, 353-355, 361-362, 371, 365.

<sup>89</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 242.

de que se poderá tratar de um pretexto para que o nosso país ficasse isento de pagar a dízima<sup>90</sup>.

Depois, é veneziano o terceiro núncio apostólico permanente em Portugal e que aqui desempenha funções de 1542 a 1545: Luigi Lippomano, descendente de uma família do patriciado veneziano, nasceu em Veneza e aí recebe a sua primeira educação, se bem que tivesse sido a Roma que o futuro núncio tivesse devido a sua formação à luz de um humanismo católico que moldara a sua personalidade<sup>91</sup>. Apesar de tudo, as suas relações com Veneza nunca se interromperam e vem a publicar algumas das suas obras naquela cidade, como, de facto, acontece com diferentes volumes da *Confirmatione et stabilimento di tutti li dogmi catholici con la subversione di tutti i fundamenti, motivi et ragione delli moderni heretici*, a partir de 1551<sup>92</sup>.

... Mas, com o avançar do tempo, Lisboa aumentava em poderio e grandeza: o comércio indiano fazia transpor a sua fama além-fronteiras e Antonio Priuli, um dos procuradores da Sereníssima, reconhecia que a nossa capital se tornara o empório de todo o Ocidente e que em breve seria de ouro. Decide, pois, enviar o filho, Marco Antonio Priuli, para Lisboa, para se dedicar ao comércio e fá-lo portador de uma carta de recomendação dirigida a D. João III pelo doge Pietro Lando<sup>93</sup>.

Todavia, quando a ameaça turca novamente se faz sentir, por volta de 1570, logo no ano seguinte, outra embaixada, chefiada por Antonio Tiepolo, se desloca expressamente a Espanha e a Portugal para que os dois monarcas peninsulares estabelecessem uma aliança a fim de combaterem o infiel<sup>94</sup>. Mas a História está cheia de episódios caprichosos e a esta ofensiva turca contra a República de Veneza aparece ligado o nome de outro português: o *ultimatum* do sultão Selim II dirigido à *Signoria* a reivindicar a soberania da ilha de Chipre sob a ameaça de declaração de guerra parece dever-se à instigação de um dos favoritos do sultão, um certo Juan Miquez, ou antes, Joseph Nasi, um cristão novo português fugido à Inquisição, refugiado em Itália e, depois, em Constantinopla<sup>95</sup>. No seguimento destes factos,

<sup>90</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 365.

<sup>91</sup> Cf. *idem, ibidem*, Volume I-Introdução, Lisboa, 1986, p. 73.

<sup>92</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 96-97.

<sup>93</sup> Cf. Carlos de Passos, *op. cit.*, p. 156.

<sup>94</sup> Cf. Conde de Tovar, *O Arquivo de Estado de Veneza, loc. cit.*, p. 35 e Visconde de Soveral, *op. cit.*, p. 8.

<sup>95</sup> Cf. Charles-Martial de Witte, *op. cit.*, Volume I-Introdução, p. 237.

a acção diplomática e militar da «Liga de Lepanto» imediatamente desencadeada conduziu à notável vitória da armada cristã, sob o comando de D. João de Áustria, em 7 de Outubro de 1571. O papa Pio V, encorajado pelo sucesso, pretende, então, retomar a ofensiva no ano seguinte e procura novos aliados. Para tal encarrega o rei de Portugal de anunciar aquele grande acontecimento ao imperador da Etiópia, ao xá da Pérsia Tahmasp, ao rei da Arábia Felix (Yemen) e ao rei árabe da Síria<sup>96</sup>.

Sete anos mais tarde, a República retoma a iniciativa de reactivar as relações comerciais com o nosso país e envia a Lisboa o cônsul Dall'Olmo, que obtém de D. Sebastião a garantia da renovação das concessões sobre as mercadorias carregadas nos navios venezianos, à semelhança do que acontecera nos séculos anteriores.

Nesta mesma altura, os venezianos impõem-se no nosso país como importantes exportadores de açúcar, especiarias, corante e algodão. Um dos principais empresários estabelecidos em Lisboa, e com relações nos restantes portos da Europa, é, até, um veneziano — Geronimo Stella —, que temporariamente foi apoiado pelo próprio irmão, Angelo Stella, vindo de Veneza<sup>97</sup>. No ramo da importação de cristais de Murano, também tal negócio se mantinha nas mãos de venezianos: Zuane Seguso, de Veneza, envia para Lisboa, como seu representante o próprio filho, Alvise Seguso, e, mais tarde, em 1605, Alfonso Battaia fecha negócio com Piero Rossi, para que este lhe venda na capital portuguesa os produtos da sua fábrica de cristais, em Murano. No entanto, mesmo assim, alturas houve em que Piero Rossi era acompanhado no negócio pelo filho do proprietário da fábrica, Zuane Battaia<sup>98</sup>. Desta maneira, e graças ao manifesto desenvolvimento do comércio com a Sereníssima República, para cá se deslocou toda uma colónia veneziana que trabalhava no porto: Bernardo Mainiero e Francesco della Corona eram apenas alguns dos carregadores ao serviço de transportadores como Francesco Vrins e Giacomo Melchiori<sup>99</sup>.

Em 1579, nova embaixada veneziana chega a Lisboa, a de Matteo Zane, mas desta vez a fim de apresentar condolências ao cardeal-rei D. Henrique pela morte de D. Sebastião e pela tragédia de Alcácer-Quibir, ao mesmo tempo que procura inteirar-se da situação política

<sup>96</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 239.

<sup>97</sup> Cf. Hermann Kellenbenz, *op. cit.*, p. 275.

<sup>98</sup> Cf. *idem, ibidem*.

<sup>99</sup> Cf. *idem, ibidem*.

portuguesa e dos interesses espanhóis pelo trono do nosso país<sup>100</sup>. D. Henrique recebe o embaixador em audiência solene com tal aparato e magnificência, que Matteo Zane é levado a referir que o cerimonial da corte portuguesa excedia o de todas as cortes da Cristandade do seu tempo. Também o contrário era verdade, como relata o Visconde de Soveral: *O povo da capital parecia deleitar-se com o aparato e pompa de frequentes embaixadas que chegavam a Lisboa, imaginando d'ahi apoio no estrangeiro para a conservação da independência da monarchia*<sup>101</sup>. Por isso, logo que o Cardeal-Rei faleceu, os governadores de Portugal enviam a Veneza Francisco de Faria em missão diplomática, a dar parte da morte do soberano, mas também a reiterar a continuação da amizade entre os dois estados, solicitando ainda o apoio da Sereníssima República com forças em terra e no mar contra as pretensões espanholas à coroa portuguesa. Mas os tempos eram outros, Veneza vivia estrangulada com os problemas económicos que a ameaçavam continuamente e, em termos diplomáticos, começava a declinar a sua influência, bem como o respeito que até então os estados europeus lhe tinham tributado. O mais que fez, foi acolher o nosso embaixador com distinção, oferecer-lhe 200 escudos de ouro, entregar-lhe uma carta de pêsames dirigida aos governadores do reino, ao mesmo tempo que confessava confiar no auxílio divino e na prudência da regência para que se pudesse pôr cobro aos males que afligiam Portugal<sup>102</sup>. Quando Filipe II foi proclamado rei de Portugal, de imediato se apressou a enviar à corte espanhola uma embaixada chefiada por Tron e Lippomani a felicitarem-no por tal sucesso, manifestando-se, deste modo, a sua argúcia política em lisonjear os mais fortes... Da viagem destes embaixadores, que passaram também por Portugal, resultou um importante relato, com pormenorizadas descrições topográficas, notícias dos costumes da época e referências a importantes figuras de então<sup>103</sup>.

Não obstante o declínio inevitável em que os dois estados a partir dessa altura entraram, tinham sido suficientes as provas que a República de S. Marcos dera aos portugueses para que estes tecessem à sua volta uma aura de magnificência, esplendor e requinte, concebendo-a como uma espécie de acesso para um Oriente exótico e capaz de se afirmar como o último baluarte da Cristandade, se bem que cons-

<sup>100</sup> Cf. Conde de Tovar, *O Arquivo de Estado de Veneza, loc. cit.*, p. 35 e Visconde do Soveral, *op. cit.*, pp. 8-12.

<sup>101</sup> Visconde do Soveral, *op. cit.*, p. 11.

<sup>102</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 13.

<sup>103</sup> Cf. Carlos de Passos, *op. cit.*, p. 162.

tantemente ameaçado pelo turco. Não admira, por isso, que tivesse transposto o limiar da fantasia e, para sempre, entrasse para o mundo da ficção. Na produção literária do século XVI, a imagem que colhemos de Veneza é, pois, já a de uma cidade cosmopolita, requintada, orgulhosa do seu passado e das riquezas acumuladas. Para além da escola de pintura, cujos mestres incluem nomes como Carpaccio, Tiziano ou Veronese, cujo renome ultrapassou fronteiras e foram conhecidos em toda a Europa, em nenhuma outra cidade se desenvolveu a arte da música como aqui. E se no âmbito da produção literária ou no seu estudo não ganhou grande projecção — facto que se explica por contar com a existência da já centenária Universidade de Pádua a poucas milhas e dentro do seu território, por um lado, e porque a civilização mercantilista predominante não favorecer prioritariamente o desenvolvimento desta vertente da cultura, por outro —, a classe patricia possuía uma sólida formação, sendo numerosas as escolas e os círculos dentro da cidade. Nesta acepção, ao falar da cidade de Ormuz e do seu contexto cultural, Damião de Góis recorre ao paradigma que, para ele, Veneza representa:

Tẽ em tudo tanta poliçia, & vsam tanto ho exerciçio das letras, q em hũa casa pera isso edeficaram nesta çidade, vem todolos dias ler hũ homem docto, Chronicas, & Historias de Alexandre, & Dario, & outras antiguas, & modernas, & liuros de doctrina, ha qual liçam vem ouuir muitos homẽs, assi velhos, quomo mançebos, cousa muito digna de louuar, & q parece que hos Venezanos tomãrão destes, ou estes delles, porque em Veneza, nam estando mais q çinquo legoas de Padoa, Vniversidade çelebre, se faz ho mesmo, & se lem em casas publicas, duas lições no dia, hũa em Philosophia, & outra em humanidade, & historias, das quaes lições eu ouui muitas estando naquella çidade, & de homẽs mui doctos, & do que me mais espãtei, foi ver nestas lições muitos gentis homẽs, de çincoenta, sessenta, setenta annos, de q hos mais delles erã dos prinçipaes do cõselho, & de todo ho gouerno da República, dorde acabada ha liçam se iham aho Senado, ou a outros lugares a tratar cada hũ delles ho offiçio q tinha a cargo <sup>104</sup>.

De entre os oradores que proferiam estas lições, conta-se Frei José Teixeira, que ensinou em Pádua e em Veneza durante o seu exílio depois da perda da independência nacional, nos últimos anos do século XVI <sup>105</sup> e, porque esta cidade se tornara um importante centro editorial com a difusão da imprensa, aí publica uma das suas obras

<sup>104</sup> Damião de Góis, *op. cit.*, Parte II, Cap. XXXII, pp. 108-109.

<sup>105</sup> Cf. Antonio de Portugal de Faria, *Portugal e Italia. Ensaio de Dictionario Bibliographico*, Leorne, Typographia de Raphael Giusti, 1898, p. 153.

de teor político: *Adventure admirable par dessus toutes autres des siecles passes, e present, qui contient un discours touchant les succez du Roy de Portugal Dom Sebastien depuis son voyage d'Afrique auquel il se perdit en la bataille qu'il eut contre les infideles l'an. 1578. jusques au 6 de Janier au present. 1601. Au quel discours il y a plusieurs histoires curieuses, quelques anciennes propheties, e autres choses par les quelles apert evidemment celuique la Seigneurie de Venise a detenu prisonner l'espace de deux ans, e vingt deux jours estre le propre, e urai roy de Portugal D. Sebastien. Plus une letre qui declare par quelle maniere il fut mis en libertè le 13 Decemb. dernier passe. En outre come il sortit traduit de Castillan en Francois. 1601* <sup>106</sup>.

Além deste caso, outros intelectuais portugueses já antes haviam estabelecido contactos na cidade de Veneza por razões idênticas, permitindo que saíssem dos prelos venezianos, entre outras,

— de Frei Gomes de Lisboa, em colaboração com Bartolomeu de Bellatis, a reedição da obra de Astesanus de Asti, *Summa de casibus conscientiae a Bartholomeo Bellato et frater Gometio edita*, Venetiis, 1478, em cujo texto o autor aparece associado a Veneza, como se deduz da seguinte frase contida nesta mesma obra:

Eapropter clarissimus vir frater Gometius de Vlyxbona ordinis minorum bachalarius conuentus Venetiarum horum laboribus compatiens ac pro tanti operis dignitate solus propria cura et maxima cum diligentia quotationes circa theologorum materias adinuenit et in huiusmodi operis castigatione acuratisima eidem iuxta doctorum allegationes adiunxit... <sup>107</sup>

— de Henrique Caiado, *Oratio cum epistola ad Bartholomeum Blanchinum Bononiensem*, impressit Venetiis Bernardinus Vitalis Venetus, 1504 <sup>108</sup>;

— também de Henrique Caiado, *Oratio cum epistola ad Ludovicum Leonem Patavium iuris consultum*, impressit Venetis Bernardinus Vitalis Venetus, 1507 <sup>109</sup>;

<sup>106</sup> Cf. Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Tomo II, Lisboa, na Officina de Ignacio Rodrigues, 1747, pp. 904-907.

<sup>107</sup> *Apud*: A. Moreira de Sá, *Humanistas Portugueses em Itália. Subsídios para o estudo de Frei Gomes de Lisboa, dos dois Luíses Teixeiras, de João de Barros e de Henrique Caiado*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 14.

<sup>108</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 143.

<sup>109</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 144.

— de João de Barros, *L'Asia del S. Giovanni Di Barros, Consigliero del Christianissimo Re di Portogallo de 'fatti de' Portoghesi nello scoprimento & conquista de' Mari & Terre di Oriente*. In Venetia, apresso Vincenzo Valgriso, 1561 e 1562<sup>110</sup>. Trata-se da tradução da 1.<sup>a</sup> e da 2.<sup>a</sup> *Décadas* em italiano, devido ao interesse despertado pelos feitos dos portugueses nas terras do Oriente, o que fez de João de Barros um autor consagrado, ao ponto de o representarem na galeria dos «varões famosos», como refere Manuel Severim de Faria.

[...] em Veneza se mandou por sua imagem entre os varões famosos: e o Papa Pio 4 a fez collocar nos passos do Vaticano junto com a de Ptolomeu [...]<sup>111</sup>;

— de Fr. Marcos de Lisboa, 16 edições da sua obra *Primeira Parte das Chronicas da Ordem dos Frades Menores* (1.<sup>a</sup> ed.: Lisboa, 1557), de entre as 23 em italiano que teve até 1680: Veneza, 1582; Veneza, 1583; Veneza, Giovanni Battista Somasco, 1585; Veneza, Domenico de Imberti, 1585; Veneza, Fiorauante Prato, 1585; Veneza, 1587; Veneza, 1593; Veneza, 1597; Veneza, Sebastiano Combi, 1599; Veneza, Giovanni Maria Leni, 1599; Veneza, 1600; Veneza, 1604; Veneza, 1606; Veneza, 1611; Veneza, 1617; Veneza, 1625<sup>112</sup>;

— e um caso mais polémico, que hoje definitivamente se encontra resolvido, diz respeito à obra *Dell' unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia. Istorìa del signor Ieronimo Conestaggio Gentil' huomo Genovese. Divisa in dieci libri...*. In Venetia, Apresso Paulo Vgolino, 1592 (1.<sup>a</sup> edição: Génova, Apresso Girolamo Bartoli, 1585), que durante muito tempo foi atribuída a D. João da Silva, Conde de Portalegre<sup>113</sup>.

<sup>110</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 126.

<sup>111</sup> Manuel Severim de Faria, *Discursos vários politicos*, Évora, Manoel Carvalho, 1624, fls. 43 v..

<sup>112</sup> Cf. Francisco Leite de Faria, *op. cit.*, pp. 382-383.

<sup>113</sup> Antonio de Portugal de Faria (*op. cit.*, p. 14) refere que esta obra será «da verdadeira autoria de D. João da Silva, Conde de Portalegre». No entanto, o estudo de Giacinto Manupella, «A lenda negra de Jerónimo de 'Franchi Conestaggio e da sua *Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia*», in *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXI, 1984, pp. 53-148, não só vem esclarecer a questão duvidosa da autoria da *Istoria*, apresentando argumentos em favor da respectiva atribuição ao autor genovês, como pretende recuperar a sua imagem, subli-

Outros portugueses daquele período vão de propósito visitá-la, atraídos pelas facilidades diplomáticas de que goza ou, então, pela fama de que usufrui. O cardeal português D. Jorge da Costa ou Jorge Martins da Costa, conhecido vulgarmente como cardeal Alpedrinha, entre as legacias papais que desempenhou com toda a relevância durante os pontificados de Sisto IV, Inocêncio VIII, Alexandre VI e Júlio II, no ano de 1484 foi a Veneza na qualidade de legado *a latere* para tratar da paz em Itália<sup>114</sup>.

D. Frei Bartolomeu dos Mártires, quando se deslocou a Trento, a fim de assistir ao Concílio, também não perde a oportunidade de ir conhecer tão famosa urbe. Segundo as palavras de Frei Luís de Sousa,

Estavam as cousas do Concílio tanto em flor, por mais diligências que o Sumo Pontífice com todo fervor fazia que, a parecer de todos, se julgava que passariam muitos meses primeiro que tevesse princípio. O Arcebispo, que não tinha natureza pera estar ocioso, quis aproveitar aquele tempo e empregar parte dele em ir ver a cidade e República de Veneza e visitar nela as muitas e grandes relíquias de Santos que a ilustram e, em Pádua, o nosso milagroso português Santo António, curiosidade (se o fora) bem lícita em quem se achava tão vizinho àquelas cidades; mas na verdade foi emprego de devação, que não se pode cuidar outra cousa de quem sobre dous meses de aturado caminho emprendia nova jornada.

[...] São, de Trento a Veneza, vinte e ùa léguas, contando nelas o que há de mar entre a terra e a cidade, a que damos ùa légua.

Quando a quarta-feira, foi o Arcebispo dizer missa em S. Marcos. Deteve-se alguns dias visitando os templos e conventos principais e as santas relíquias de que todos estão ricos: na igreja maior, o corpo do Evangelista S. Marcos, celebrado patrono da cidade; no mosteiro de Santa Cruz, que é de freiras de S. Bento, da obediência do Patriarca, o corpo do famoso prelado Santo Atanásio. Viu mais os de S. Gregório Nazianzeno e do Santo Zacarias, pai do Percursor Bautista; e de Santa Bárbara e Santa Luzia e de muitos outros Santos e Santas, com que aquela cidade se pode haver por mais famosa que por todas as outras mundanas grandezas de que se jacta, pois, estando cercada das águas do mar, tem estroutra melhor e mais poderosa cerca de Santos, que é a de quem canta o psalmo *Montes in circuitu eius*.

Deram novas ao Arcebispo, andando nesta santa ocupação, de ùa obra que a República tinha começado de pouco tempo, que era a casa das penitentes, invocação de Santa Madalena e contaram-lhe tantas excelências dela (como todo homem sabe dourar as cousas próprias ou da pátria), da grandeza, da fábrica, e do governo e meneio dela, que o obrigaram a ir vê-la; e como

nhando a isenção e fidelidade à verdade histórica que sempre o norteou nas diferentes obras que compôs — o que não teria agradado aos portugueses do seu tempo por nela se apresentar a pintura da decadência nacional.

<sup>114</sup> Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Volume X 1501-1510), *loc. cit.*, pp. 15-16.

deixava dado princípio a dous conventos, houve o tempo por bem empregado, pera ver e notar e se aproveitar desta curiosidade <sup>115</sup>.

Por «todas as outras mundanas grandezas de que se jacta», na feliz expressão de Frei Luís de Sousa, entenda-se, para além das referências anteriormente apresentadas, também o facto de esta cidade ser tida na época como um centro de prazer, de alegria de viver, onde o rígido código de valores morais se tornara mais flexível. Tal referência encerrava, assim, já as componentes essenciais que fariam desta cidade, nos séculos posteriores, um símbolo de uma mundivisão despreocupada, teatral, hedonista, e lhe confeririam uma dimensão tal, que a transformariam num mito cultural durante a época do fim do século XIX.

Embora, nos princípios do século XVI, as alusões a Veneza inseridas em textos literários ainda estivessem longe de transmitir esta profundidade de sentidos, no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende, a cidade dos Doges já se apresenta ao leitor ligada a diversos aspectos que, depois, se cristalizaram. Para o próprio Garcia de Resende, e referindo-se a D. Beatriz de Vilhena, é uma mera referência espacial, denotando uma distância considerável,

Por nam cair em çerteza,  
nam falo na fermosura,  
em manhas nem gentileza,  
poys daqui atee Veneza  
nem nação tal creatura!  
Minh'alma tem ja segura  
minha vida perigosa,  
minha fee nam doudosa. <sup>116</sup>

ou, então, representa um tema, um assunto de interesse mais político, sem grande projecção na vida ligeira do dia-a-dia e sem impacto

<sup>115</sup> Frei Luís de Sousa, *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, Livro II, Cap. VI: «Da ida que o Arcebispo fez a Veneza e Pádua, e a ocasião dela», Lisboa Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 161-162.

Sobre a viagem do arcebispo bracarense veja-se igualmente o conceituado estudo de Maria José Azevedo Santos, «Itinerarium Fratis Bartholomati, Archiepiscopi» (1561-1564), in: *Actas do Congresso Internacional do IV Centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Fátima, Monumenta Bartolomeana, 1994, pp. 311-339.

<sup>116</sup> Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*, Vol. II, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1974, p. 73.

nos acontecimentos que mais directamente afectam a corte portuguesa, muito embora proporcione motivo para conversas de ocasião:

Por nam cayr em çerteza  
nam ey, senhor, de dyzer  
cousa que toque em Veneza,  
mas nouas de Su' Alteza,  
que folguareys de saber:  
Qu' estaa sam, a Deos lououores,  
tem consyguo myl senhores,  
os quaes estam aforrados,  
andã muy pouco agoardados  
e grandes agoardadores <sup>117</sup>.

Para Nuno Pereyra, e dirigindo-se ao Doutor Mestre Rodrigo, Veneza aparece associada ao comércio das especiarias, mais propriamente da pimenta. Impõe-se, neste caso, como o grande empório comercial das especiarias na Europa:

Eu comy atabafea  
uro em Deu e graãos torrados  
e pees de vitela à çea  
com bandouua apicaçados.  
Nem pimenta de Veneza  
me nom deu a tal sabor  
como me deu Per'Alteza  
do Príncipe nosso Senhor. <sup>118</sup>

E dirigindo-se a Fernam da Silueira, refere os habitantes daquela cidade, tidos por maus cavaleiros, em consequência da configuração geográfica e urbanística que não permite a prática necessária para se alcançar a destreza na arte de bem cavalgar:

Eu tenho gentil feyçam  
com quarent'anos bem feitos,  
e tenho detrás os peytos  
mayores qua Dom Joam.  
Nem ha em todo Veneza  
hũ tam mao caualgador,  
perguntem a Su'Alteza  
do Príncipe nosso Senhor <sup>119</sup>.

Para Dom Affonso de Noronha, em resposta às trovas compostas por Pero de Sousa Ribeiro, é o embaixador de Veneza que aparece

<sup>117</sup> *Idem, ibidem*, p. 294.

<sup>118</sup> *Idem, ibidem*, pp. 125-126.

<sup>119</sup> *Idem, ibidem*, p. 126.

nomeado, certamente devido à importância e dignidade que representa, aos festejos que implicam a sua recepção, merecendo, por tudo isso, travar conhecimento com o poeta mencionado:

Se Veneza embaxador  
outra vez aqui mandar,  
eu lho ey-d'yr amostrar,  
por matar  
de prazer o monsseor.  
Ca voto a Deos verdadeiro  
qu'ee erro vyr estrangeiro,  
que ajam de festejar,  
sem lhe loguo nam leuar  
Pero de Sousa Ribeyro <sup>120</sup>.

Anrique da Mota, por sua vez, evoca já uma imagem de Veneza mais convencional, ao tratar dos «embargos pera se não entregar o colar a Vasco Abul». Para o efeito, refere as riquezas acumuladas pela Sereníssima República ao longo dos séculos, «o tesouro de Veneza / qu'ee açaz em abastança»:

[...] E porqu'isto se nauegue  
por hũ caminho muy santo,  
a cadea se entregue  
a est' orfaã entretanto  
e o seu não se lhe negue.  
E pera mayor firmeza  
nomeamos a fyança,  
se o manda Vos'Alteza:  
o tesouro de Veneza  
qu' ee açaz em abastança <sup>121</sup>.

Nas «trouas que Afonso Valente fez em Tomar a Garcia de Resende, sem lhas mandar», é evocada outra figura representativa do ambiente veneziano, um dos tipos da vasta galeria que se alia àquela cidade: o patriarca de Veneza. No entanto, aqui, não se trata da importância religiosa que a cidade pretendia assumir naquela época, chegando ao ponto de competir com Roma, mas é apresentado como uma caricatura, uma figura anafada, instalada em ambientes de luxo e lassidão, bem pouco adequada às responsabilidades religiosas que lhe incumbiam.

<sup>120</sup> *Idem, ibidem*, p. 152.

<sup>121</sup> *Idem, ibidem*, p. 277.

Para isso, na enumeração apresentada, surge imediatamente a seguir a «um monje cujo d' Alcobaça»:

Pareçais mais de setenta  
cousas posto em gybam  
e cays no horyzam  
dũ gram fardo de pimenta;  
monje cujo d'Alcobaça,  
patriarca de Veneza,  
pareçais de Su'Alteza  
ancho porteyro de maça. <sup>122</sup>

Como se verifica, Veneza é, pois, referenciada no *Cancioneiro Geral* ainda sob diversos pontos de vista, denotando a existência de uma imagem pouco consistente. Já na globalidade da obra de Gil Vicente, Veneza além de ser também apenas um motivo de referência, sem grande valor conotativo, mediante as alusões que lhe são feitas, vai adquirindo uma imagem mais coesa. Verifica-se mesmo um enriquecimento em termos semânticos resultante do carácter mais concreto dessas alusões e dos contextos em que surgem inseridas. Deste modo, Gil Vicente contribui sobremaneira para que Veneza adquira um imagem mais convencional no âmbito da cultura portuguesa de Quinhentos. Na *Farsa chamada Auto da Fama* (1515), quando esta se vê cortejada pelo italiano e o rejeita, argumenta recorrendo à enumeração dos feitos de Portugal e alude a Veneza como um dos principais estados lesados com as glórias e as empresas dos portugueses:

*Fama.* Preguntae ora a Veneza  
como lhe vai de seu jôgo:  
eu vos ensinarei logo  
de que se fez sua grandeza. <sup>123</sup>

E depois de enumerar as vitórias no Oriente, numa atitude de desprezo, resolve livrar-se dele, e de uma maneira tal, que esta figura lhe replica:

*Ita.* Si le Veneciani  
aqui fizo tanti dani,  
que satisfaray por aquelo?  
*Fama.* A ilha do Caramelo. <sup>124</sup>

<sup>122</sup> *Idem, ibidem*, p. 325.

<sup>123</sup> Gil Vicente, *Farsa chamada Auto da Fama*, pp. 125-126, in: *Obras Completas*, Vol. V, Lisboa, 1944, pp. 117-140.

<sup>124</sup> *Idem, ibidem*, p. 130, vv. 1-4.

No entanto, e apesar desta rejeição, a personagem seguinte, o castelhano, ao fazer a corte à Fama, em dado momento exaltado, adianta:

*Fama.* Não quereis que diga nada?  
*Cas.* Qué! no os responderé?  
 Por Veneza!  
 Hable vuestra gentileza,  
 Cuerpo de Dios consagrado,  
 yo quiero estarme callado;  
 mostradme vuestra grandeza <sup>125</sup>.

E Veneza ocorre aí inserida numa exclamação, perdendo a relação directa com realidade objectiva que designa, remetendo-nos talvez apenas para algo espantoso, susceptível de proporcionar ou exprimir o assombro em qualquer falante.

Já na *Farsa dos Almocreves* (1527), na intervenção que Pero Vaz dirige ao pagem, marcada pelo bom-senso e realismo, e em que se critica a ambição de ascensão social que acometia a sociedade portuguesa de então, referem-se outros exemplos, em que prevalece «o siso e a manha», sem que a ordem social seja questionada. Aí, Veneza não foge à regra e é apontada como modelo:

*Pag.* Ainda eu hei de chegar  
 a cavalleiro fidalgo.  
*Per.* Pardeos, João Crespo Penalvo,  
 que isso sería esperar  
 de mao rafeiro ser galgo.  
 Mais fermoso está ao villão  
 mao burel, que mao frisado,  
 e romper matos maninhos;  
 e ao fidalgo de nação  
 ter quatro homens de recado,  
 e leixar lavrar ratinhos.  
 Qu'em Frandres e Alemanha,  
 em toda França e Veneza,  
 que vivem por siso e manha,  
 por não viver em tristeza,  
 não he como nesta terra;  
 porque o filho do lavrador  
 casa lá com lavradora,  
 e nunca sobem mais nada;  
 e o filho do broslador  
 casa com a brosladora;

<sup>125</sup> *Idem, ibidem*, p. 135, vv. 6-12.

isto per lei ordenada.  
 E os fidalgos de casta  
 servem os reis e altos senhores,  
 de tudo sem presumpção,  
 tão chãos, que pouco lhes basta.  
 E os filhos dos lavradores  
 pera todos lavrão pão. <sup>126</sup>

Por último, na *Floresta de Enganos* (1536), o pastor, ao confessar a Cupido que se encontra apaixonado, exalta a sua amada como se ela fosse uma dama criada em ambiente de tal modo requintado, que recorre ao paradigma que aquela metrópole representa na época:

*Pas.* Estou namorado.  
*Cop.* De quien?  
*Pas.* Que sei de quem,  
 senão que o amor me tem  
 o coração apertado.  
 E segundo a fortaleza  
 com que me aperta e namora,  
 deve ser a senhora  
 que se criou em Veneza. <sup>127</sup>

Mais adiante, volta a incidir-se numa referência já presente no *Cancioneiro Geral*, nas trovas de Dom Affonso de Noronha: a alusão aos embaixadores de Veneza. Agora, porém, a respectiva projecção em termos políticos e dignidade havia-os transformado em figuras públicas ou, mais que isso, passam a fazer parte da galeria de personagens que pertencem ao imaginário da cultura daquele período. Assim, não é de modo algum estranhante que um cônsul veneziano apareça no séquito do príncipe da Grécia, na intervenção do duque, ao responder a Grata Celia:

*Gra.* Donde caminais acá?  
*Duq.* Señora, voy peegrino  
 á un templo que acá está,  
 y á él es mi camino,  
 en compañía  
 del hijo del Rei de Ungria,

<sup>126</sup> *Idem, Farsa dos Almocreves*, pp. 358-360, in: *Obras Completas*, Vol. V, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1944, pp. 331-369.

<sup>127</sup> Gil Vicente, *Floresta de Enganos*, p. 210, vv. 13-21, in: *Obras Completas*, Vol. III, *loc. cit.*, pp. 169-219.

y Príncipe de la Gran Grecia,  
y el Consul de Venecia  
de alta genealogia:  
Cinco Duques pelegrinos,  
y él también pelegrino  
caminando sin camino,  
y dejando los caminos.<sup>128</sup>

Por outro lado, na obra de Sá de Miranda, Veneza é vista numa perspectiva diversa, como um dos grandes centros culturais do Renascimento italiano, a par de Roma e Milão. No entanto, esse apogeu artístico e literário da Itália não encontra uma situação política correspondente, visto tratar-se de uma época conturbada em que as potências estrangeiras faziam da Península o seu campo de batalha. Por isso, na *Carta* a D. Fernando de Meneses refere o autor:

Eu vi Roma, Veneza e vi Milão  
Em tempo de Espanhóis e de Franceses.<sup>129</sup>

E, no soneto a D. Manuel de Portugal, recorda os famosos espelhos, que, durante séculos, deram fama à cidade, contrapondo-os, apesar da sua pureza, à «clareza dum peito aberto, puro e fé lavada»:

A pedraria, vamente estimada,  
os ricos cristalinos de Veneza  
lá se acham, eu òs meus palmos me meço.<sup>130</sup>

Camões também não escapa ao fascínio que a cidade dos canais exerce sobre o mundo culto daquele século e reconhece igualmente a sua importância política. N'Os *Lusíadas*, quando o Gama faz a descrição da Europa ao rei de Melinde, apesar de Veneza ser mencionada apenas numa estrofe, tanto basta para aí se enunciarem, embora de modo bastante concentrado, as principais etapas da sua história:

«Logo os Dálmatas vivem; e no seio  
Onde Antenor já muros levantou,  
A soberba Veneza está no meio  
Das águas, — que tão baixa começou. (III, 14)<sup>131</sup>

<sup>128</sup> *Idem, ibidem*, pp. 215-216.

<sup>129</sup> Sá de Miranda, *Obras Completas*, Volume II, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1942, p. 98.

<sup>130</sup> *Idem, ibidem*, Volume I, pp. 305-306.

<sup>131</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 21989, p. 62.

No que se refere ao enquadramento geográfico de Veneza, a Leste refere-se a costa da Dalmácia, a Norte, a *Terra Ferma* onde se situa Pádua, e a Oeste a restante parte da Península, «de terra um braço [que] vem ao mar». Mais concretamente, no que se relaciona com a própria cidade, «está no meio das águas», isto é, assenta num número razoável de ilhas da laguna. E, para concluir, numa perspectiva cronológica, são três as indicações relacionadas com a sua história:

— a expressão «tão baixa começou» remeter-nos-à para a fuga das populações do continente para as ilhas na altura das invasões dos bárbaros, por volta de 453-454, data da passagem dos Hunos comandados por Átila. A população era, então, constituída por pescadores, marinheiros e salineiros, juntando-se-lhe, depois, os mercadores vindos de cidades que haviam atingido um mais alto grau de desenvolvimento, como era o caso de Áquila, sede de um patriarcado.

— uma segunda referência remete-nos para a imagem contemporânea, mais conhecida pelo poeta, e que aparece apenas condensada num adjetivo — «soberba» —, invocando, deste modo, as riquezas acumuladas, o orgulho patriótico, não se excluindo, todavia, também um outro tipo de orgulho: a vaidade, a altivez, um traço do carácter veneziano, que nos remete para a vertente moral peculiar da sua índole naquela época, diversa da restante parte de Península.

— por último, em estreita ligação com o que é dito anteriormente e motivado pelo seu poderio imperial, na época do Renascimento, Veneza busca a identidade das suas raízes e estabelece confrontos com os grandes impérios da Antiguidade Clássica. Os Venezianos auto-denominam-se de «novos Romanos», consideram-se os seus legítimos sucessores no domínio do mundo e forjam uma nova versão sobre a fundação da cidade e da República. À semelhança do mito da fundação de Roma pelos descendentes de Eneias, procuram a sua origem nos heróis homéricos. Afirmam dever a Antenor de Tróia a sua existência, que, segundo a lenda, fundara a cidade de Pádua, como o próprio autor refere. Para confirmarem esta ilustre filiação é à própria *Eneida* que recorrem, evocando-a como testemunho comprovativo da sua origem<sup>132</sup>.

<sup>132</sup> Virgile, *Énéide*, Paris, Société d'Éditions «Les Belles-Lettres», 1977, Liber I, vv. 242-249: *Antenor potuit mediis elapsus Achiuis / Illyricos penetrare sinus atque intima tutus / regna Libornorum et fontem superare Timaii, / unde per ora nouem uasto cum murmure montis / it mare proruptum et pelago premit arua sonanti. / Hic*

Quanto ao luxo veneziano, Camões também o refere n'Os *Lusíadas*. Quando o rei de Melinde visita a armada, no canto II, Camões prepara-se para o receber dignamente, de acordo com a sua condição de enviado de um dos reis mais poderosos do Ocidente, e veste-se em conformidade com as circunstâncias:

Vestido o Gama vem ao modo Hispano,  
Mas Francesa era a roupa que trazia,  
De cetim da Adriática Veneza,  
Carmesi, cor que a gente tanto preza. (II, 97, 5-8)<sup>133</sup>

Veneziano é o cetim, como o são as sedas mencionadas no *Auto de Filodemo*, por Doloroso, amigo de Vilardo, quando ambos «vêm dar ãa música a Solina com os músicos»:

*Vilardo.* Assi que te contava, Doloroso, destas em que sempre andam  
rogindo as sedas.  
*Doloroso.* Ávante, que bem sei que o não dizeis polas sedas de Veneza.  
*Vilardo.* Já sabeis que esta nossa Solina é tão celestina, que não há  
quem a traga a nós? [...] <sup>134</sup>

Estas duas alusões aos tecidos ricos então usados constituem mais do que um testemunho do activo comércio de Portugal com a República de Veneza: são dois casos de alusões que remetem para as características das pessoas que os utilizam e do luxo então em vigor: no primeiro, refere-se, como é dito, ao elevado estatuto da personagem — um representante de um rei a parlamentar com outro —, e, no segundo, já às características das senhoras que se vestem de seda, o que implica um posicionamento social mais elevado e, conseqüentemente, um grau de elaboração dos comportamentos, atitudes e convenções sociais a

*tamen ille urbem Pataui sedesque locauit | Teucrorum et genti nomen dedit armaque  
fixit | Troia, nunc placida compostas pace quiescit.*

Curioso é que tratamentos posteriores do mito não explorem o episódio da fundação de um reino a norte do Adriático por Antenor. Benoit de Saint-Maure, por exemplo, em *Roman de Troie*, valoriza antes a fundação de Cócira Melaina, na ilha de Cócira Negra (a actual Korčula), nas costas da Ilíria, território que o rei de Gerbene, Oënidus lhe cedera, garantindo-lhe do mesmo modo a soberania (Cf. Benoit de Saint-Maure, *Le Roman de Troie*, Paris, Librairie de Firmin Didot et C.<sup>ie</sup>, 1908, Tome IV, vv. 27461-27547).

<sup>133</sup> Luís de Camões, *op. cit.*, p. 53.

<sup>134</sup> Luís de Camões, *Auto Chamado de Filodemo*, in: *Obras Completas, Volume III: Autos e Cartas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 41985, pp. 214-215.

que obedecem, e que se devem esperar do procedimento da personagem em questão. No entanto, Doloroso adverte que não é necessário exagerar: Solina, afinal, não se cobria de sedas de Veneza.

Outra breve referência a Veneza surge também neste mesmo *Auto*, de um modo quase proverbial. Duriano, ao zombar das «tristuras de amor» e dos que preferem os requintes petrarquistas de Garcilaso e Boscán, refere:

*Duriano.* [...] Uns muito bem almofaçados, que com dois ceitis fendem a anca pelo meio, e se prezam de brandos na conversação, e de falarem pouco e sempre consigo, dizendo que não darão meia hora de triste pelo tesouro de Veneza; e gabam mais Garcilaso que Boscão, e ambos lhe saiem das mãos virgens; e tudo isto por vos meterem em consciência que se não achou pera mais o Grão Capitão Gonçalo Fernandes [...] <sup>135</sup>

Numa linguagem cheia de locuções, ditos e provérbios traduzindo o espírito pragmático e realista de Duriano, a expressão usada referente ao tesouro de Veneza é um exemplo evidente de que a fama das riquezas daquela cidade se tinham de tal modo popularizado, que se tinham tornado num termo de comparação bem conhecido e utilizado no ambiente lisboeta da época, tanto mais que a linguagem que a personagem aplica é mercadamente coloquial e ornada de expressões idiomáticas.

Da mesma época, mas desta vez de Diogo Bernardes, a recorrente alusão à actividade e valor representativo da República em termos diplomáticos remete-nos para um dos aspectos acima mais mencionados. Na Carta XXXII, «A João Rodrigues de Sá de Meneses, da jornada que fez Pero de Alcáçova Carneiro, a Castela, por mandado de El-Rei Dom Sebastião» <sup>136</sup>, à sua chegada a Madrid, relata-se a recepção do embaixador português não só por Cristóvão de Moura, como por toda a corte, evidenciando a atenção que o corpo diplomático lhe dedica:

Logo ali tod'a corte a vello vinha,  
Hum só digno de nome naõ ficava;  
Condes, Marqueses, Duques naõ faltaraõ,  
Todos pessoalmente o visitaraõ.  
De todo embaixador de reino, e estado  
(Que de toda naçaõ buscaõ Hespanha)  
Foy como cousa rara, visitado,

<sup>135</sup> *Idem, ibidem*, pp. 151-152.

<sup>136</sup> Diogo Bernardes, *Obras Completas, Volume II: O Lima*, Livraria Sá da Costa, 1946, pp. 330-351.

Com grand'espanto, e cortesia estranha,  
 O de Veneza, em traje assinalado;  
 O de Genova, o de França, o d' Alemanha  
 De Mantua, de Ferrara, ali vieraõ,  
 Mas todos a mór honra ao nosso déraõ <sup>137</sup>.

A enumeração das representações estrangeiras abre-se, pois, com a referência ao embaixador de Veneza, o qual é ainda o único da lista individualizado pela alusão ao traje, decerto sumptuoso, que patenteava a ostentação, o luxo, o aparato e a magnificência de que as representações diplomáticas da República de S. Marcos se faziam rodear. Para além disso, esta breve referência parece seguir o relato tradicional do protocolo, do modo como as embaixadas eram recebidas na corte espanhola, e da projecção ali alcançada pelo embaixador veneziano, visto que, já na *Crónica de D. João II*, Garcia de Resende procede de modo idêntico, ao falar da visita do monarca português a Castela:

El Rey dom Fernando vinha muy acompanhado de grandes, e prelados, e muytos senhores, e trinta mil encaualgaduras todas de lobas, e capellos, e diante delle seus mestres fallas, e porteiros de maça, reys darmas, e suas trombetas, e atambores, e vinha com elle hum embaixador de Veneza <sup>138</sup>.

A primazia diplomática da Sereníssima República de S. Marcos traduzia-se, assim, pelo lugar prioritário atribuído aos seus representantes em semelhantes situações. No entanto, a síntese mais feliz de todas as alusões feitas a Veneza, e que aqui recolhemos de modo parcelar, mas tentando mostrar como se completam e revelam uma imagem complexa e multifacetada daquela cidade, é facultada pela descrição que se encontra na obra de Duarte de Sande, *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam rebusque in Europa, ac toto itinere animaduensis Dialogus. Ex Ephemeride ipsorum Legatorum collectus, et in sermonem latinum uersus ab Eduardo de Sande sacerdote Societatis Iesu* <sup>139</sup>, que narra a visita dos príncipes japoneses à Europa. Tendo visitado igualmente a cidade de Veneza, não só se

<sup>137</sup> *Idem, ibidem*, p. 338.

<sup>138</sup> Garcia de Resende, *op. cit.*, p. 303.

<sup>139</sup> *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam rebusque in Europa, ac toto itinere animaduensis Dialogus. Ex Ephemeride ipsorum Legatorum collectus, et in sermonem latinum uersus ab Eduardo de Sande sacerdote Societatis Iesu. In Macaensi portu Sinici regni in domo Societatis Iesu cum facultate Ordinarii, & Superiorum. Anno 1590, colloq. XXVII: «Explicantur insignes res Venetijs*

aponta o carácter exótico da sua atmosfera, como se enumeram pormenorizadamente todos os dados considerados importantes para a época, captados por um olhar atento e perspicaz. A singular configuração geográfica da cidade, a sua organização em bairros, a segurança das casas alicerçadas na água do mar e a relação do aglomerado habitacional com a laguna despertam, de imediato, a atenção dos visitantes e constituem os primeiros motivos da descrição conduzida por Michael:

LEO. Multa equidem de ista vrbe, ac Republica Veneta, fama, & auditione accepimus, quibus fidem non omnino adiungēdam, nobis persuadebamus: praesertimq; illud vix credibile videbatur, istius vrbis amplissima fundamenta in ipso mari esse iacta, eius longissimos vicos non pedibus, sed cymbis percurri, nec deniq; deesse circos latissimos, quib' moenia illa optimè extracta nobilitarentur.

MICHAEL. Multa vos audiuisse credo de huius vrbis nobilitate, non tamen verba vlla inueniri posse existimo, quae rei ipsius praestantiam aliqua ex parte possint attingere. Quaecumque igitur dixerò, vrbis ipsius, & Republicae dignitate longè inferiora esse, velim, in animum inducatis. Atque illud imprimis, quod attigisti, admirabile est, quoniam fundamenta huius vrbis, non in monte aliquo, aut vivo lapide, sed in ipsa maris aqua sint posita, ita vt inde extractae, & uelut ad amussin, & libellam dispositae, mari intercepto, vicos quosdam rectissimos, longissimosque conficiant. Nec tantum situs hic eam vrbem admirabilem, celebremque reddit, sed etiam summopere munitam, hostibusque ne quaquam peruiam.

LEO. Agè iam explica Michaël, quí fieri potuerit, vt ista vrbs in ipsomet mari aedificaretur, aquarum aestu moles, atque opera nequaquam obruente?

MICHAEL. Res quidem aspectu iucūda, & admirabilis, explicatu verò admodum est difficilis. Proponā tamen, qam dilucidè potuero, huius vrbis formam, situmque sub aspectum vestrum subiciam. Contemplamini igitur animis hinc continentem, instar semicirculi, aut arcus porrectam, illinc verò vadosa loca, siue arenarias figuram chordae obtinentes: ita tamen, vt medium spatiū amplissimum esse, multasque insulas complecti intelligatis. In eo igitur medio finu ex una parte continentem, ex altera arenarias illas attingente, partim quidem vadoso, partim profundiore, nobilis haec vrbs mirabiliter est aedificata. Distat autē à continente quinque milliaria, duo verò ab arenosis illis locis, de quibus dixi. Sed quoniam ex continente septem fluuij in hunc maris influunt, conservato cursu suo, per medias illas arenas septem sibi ostia in latiore maris planitiem patefaciunt, in quibus septem veluti portus ad naues appellendas, ingressumque ad vrbem, & egressum, ars,

animaduensis: & quo honore senatus ille grauissimus legatos Iaponenses fuerit persecutus».

Sobre esta obra, e mais especificamente, a viagem até Itália dos príncipes japoneses, veja-se de Américo da Costa Ramalho, *Sisto V e l'Ambasciata Giaponesa*, in: *Biblos*, Vol. LXV, 1989, pp. 189-200.

naturae maximo adiumento, fabricata est. Hinc facillè colligere potestis, quam munita, & inexpugnabilis sit haec vrbs, cùm nullis alijs muris, quam vadosis locis continentem versus, & syrtibus illis ad mare protentis, omnino, sepiatur: quibus addite, munitissima propugnacula, quae ostia illa, portusque tuentur: adeò vt nullum sit nauigium, quod custodias, tormentaue possit effugere. Hinc etiam liquidò patet, quata sit eius vrbs commoditas, vt rebus omnibus ad victum, cultumque necessarijs abundet, quae vel ex continente septem fluuijs, vel ex alijs regnis, & prouincijs valde dissitis, in celeberrimum illud emporium importari possunt. Quo sit, vt hac opportunitate ductae gentes, nationesq; multae Europaeae, siue mediterraneae, siue transmarinae, Venetias frequentissimè confluant. [...] <sup>140</sup>

Depois de tratar brevemente das instituições administrativas e dos órgãos do poder, a descrição da cidade centra-se sobre as maravilhas que deslumbram o olhar dos príncipes. Quer pelo interesse manifestado, quer por se integrarem numa viagem de carácter religioso, a enumeração do grande número de igrejas, conventos e cenóbios, a abundância de relíquias religiosas e a riqueza dos paramentos cedem gradualmente lugar a outras curiosidades: as gôndolas, os palácios, os largos com as cisternas, as estátuas e os monumentos fúnebres em honra dos cidadãos ilustres da República, tudo isso é motivo de admiração:

LEO. Istius sanè, vrbs gubernatio non potest non summoperè nobis placere, praesertim cùm eius diuturna stabilisq; constantia ciuium admirabilè prudentiam nobis indicet. Sed scire velim minustiùs, quae ad istam vrbem, eiusq; priuatas res pertinent.

MICHAEL. Mihi sanè satis esset ita generatim dixisse, ne rerum mole obruerer, nisi tuae interrogationi satisfacere, officij mei esse crederem. Sed quis minutatim singula, quae ad hanc vrbem spectant, presequi poterit? cùm eius situs, vt dixi, sit admirabilis, opera, atq; aedificia praeter modum sumptuosa, & magnifica, templorum mira amplitudo, sacrarum reliquiarum admirabilis copia. Summatim tamen dicam huius vrbs ambitum octo milliarum eontine re, quae quatuor nostras leucas explent, eã autem diuisam esse in septuaginta paroecias, quae cum suis tēplis, ac sacerdotibus Patriarchae subsunt: coenobia habere quinquaginta nouem, ex quibus triginta, atque vnum religiosi incolunt; viginti octo à sacris virginibus possidentur: praeter alia sacella minora, & variarum sodalitatum domos, ita, ut omnia templa centum, & quinquaginta numerum impleant. Habet itē quatuordecim xenodochia, in quibus, vt superiùs de alijs vrbibus dixi, quocunq; morbo laborantibus medicina adhibetur. Haec omnia domicilia, praesertim religiosa, opere

<sup>140</sup> *Idem, ibidem*, «De transitu aliarum vrbium praesertim Anconae, Bononiae videlicet Ferrariae, Venetiarum, rebusque ibi animaduersis. Colloquium Vigessimvm Septimvm», p. 294-295.

magnifico ornantur, peculiariterque octoginta septem turribus editissimis quae egregium praebent spectaculum: inter quas excellit ea, quae ante Diui Marci celeberrimū templum sita est. Quid uobis de sacris reliquijs agam? cùm sola haec vrbs quadraginta sanctorum integra corpora in varijs templis cum summa veneratione, cultuq; seruet: & is sit templorū ornatus vt centum solent, cum capsis artificiosè auro, & argento distinctis ibi numerentur. Quid item referam sacram vestem, supellectilemq;? cùm aedem vrbs operibus est compacta, quae omnia miro artificio ibidem conficiuntur, summoperè abundet. Quod verò pertinet ad comunnes vrbs vsus, eiusque commodam frequētationem, cùm in eo maris sinu, de quo dixi, sit extracta, vt facillè terrestre iter quolibet pateret, quadingent, & quinquaginta pontes cū suis fornicibus eius altitudinis, sunt confecti, vt cymbae huc, atque illuc per vicos vectae, subtus tranare possint. Huiusmodi autem cymbae, quae Gundulae vulgò appellantur, mirae sunt commoditatis ad nauigandum, & in varias partes discurrendū. Habēt enim in media sui parte quasdam veluti domunculas, apte coopertas quibus sex vectores capi possunt, siue sedeant, siue cubent. Sunt autē admirabili celeritate, cū eas duo tantū nauiculatores, imò, & vnus moderari, & instar velocium equorū in quēcumq; locū flectere possit. Earum numerus non est mediocris, cùm in ea urbe decem milia, vt fama est, expleat, ex quibus quaedā sunt ciuium propriae, quaedā conductitae, quae passim reperiūtur. Quod attinet ad aedifica, illud summatim dicā, ultra communē domuū structurā, quae optima est, centū ferè esse palatia, quae caeteris domicilijs longè, multūmq; praestant, & ea sunt operis magnificentia, supellectilisque apparatu, vt in quolibet eorum rex cōmodè habitare possit. Cùm verò urbs haec in imo maris fundo habeat fundamenta, eius est amplitudinis, vt septem supra centū hortos amoenissimos, à nobilissimis ipsius patrijs extractus, & consito, deinde quinquaginta tre areas, omnes lateribus optimè constratas, & varijs locis centum, ac triginta quinq; puteos, toti populo, cōmunes, cōplectatur. Iam verò statuariae siue in publicis locis, siue in templis collocatae, tot sunt, vt marmoraee centū, & sexaginta, aereae vnginti tres numerantur: quibus addite nouem equos, ex aere inaurato artificiosè confectos, quae quidem monumenta illustrium, ac celebrium virorum, qui bene de ea Republica sunt meriti, memoriam conseruant. In templis autem mira est, ex Pario lapide, alioque multiplici, & pretioso, sepulcrorum magnificentia, cum statuis nobilium, clarorumque uirorum, qui sicut patriam multis praeclaris meritis, & rebus gestis ornarunt, amplificaruntq;: ita etiam his ornamentis, honorumq; insignibus memoriae posterorum proditis, non mediocre laborum suorum praemiū acceperūt. Atq; haec sint, veluti summa capita de amplissima Veneta vrbe perstricta, ex quibus omnib' eius nobilitatem, quā certissimis coniecturis assequi potestis. <sup>141</sup>

E o espanto despertado por tantas riquezas fez com se interessassem também por aspectos de carácter militar e comercial, ficando igualmente deslumbrados com a quantidade das transacções realizadas e

<sup>141</sup> *Idem, ibidem*, p. 297-299.

a abundância das mercadorias expostas nas bancas dos mercadores <sup>142</sup>. Durante os dez dias que ali permaneceram, além de todas as visitas referenciadas e as honras com que se viram cumulados, fez com os príncipes japoneses jamais esquecessem aquela etapa da sua jornada <sup>143</sup>.

Num contexto semelhante, não admirará ao leitor encontrar uma obra literária cuja acção se localize na cidade das gôndolas e dos canais. *A Comédia do Cioso*, de António Ferreira, apesar de preceder em termos cronológicos muitas das alusões aqui consideradas, é, assim, um documento, que atesta de modo exemplar a popularidade e a fama que a cidade de Veneza gozava entre nós no século XVI.

Por conseguinte, urge relativizar o fenómeno da escolha de Veneza para cenário de alguns dramas inseridos no panorama mais vasto da produção dramática global de William Shakespeare, considerado o responsável por tal moda literária <sup>144</sup>. Como temos vindo a verificar,

<sup>142</sup> A fim de se ter uma ideia dos pormenores focados, vejamos os tópicos referidos no índice da edição de 1590, aqui seguida: *Venetiarum vrbs illustrissima, & potentissima est. Publico applausu, & gratulatione legatos excipit. Venetus Senatus magnificentissimè legatos tractat. Urbis fundamēta in ipsomet mari sunt posita. Munitissima, & inexpugnabilis est. Rebus omnibus, & ornamentis abundat. Miro ordine administratur. Enucleatius describitur. Magnifica templa, & multae Diuorum reliquiae. Aedificia amplissima sunt. Aea quaedam celeberrim. Torris operosissima. Horologium miro artificium confectum. Solarium egregie fabricatū. Atrium amplissimum, ubi iuuentus educetur. Bibliophylacium insignis est operis. Domus cudendis numismatis designata. Templum D. Marco dicatum. Veneti ducis palatium sumptuosissimum est. Veneti ciues mira benevolentia legatos excipiunt. Princeps honorificentissimè habet. Venetus vicus, qui à mercibus nomen habet, ornatissima est. Pontis cuiusdam magnificentia (Rialto). Palatium Germanis, eorumq; mercibus designatum. Templum temporis antiquitate celebratissimum. Aerarium, vbi maxima fide multorū pecuniae asseruantur. Opes incredibiles, & earum causae. Venetijs habita est supplicatio celeberrima praesentibus legatis. Nauale Venetum, quod Arsenal nomen habet. Senatore, historiam Iaponensis legationis, cum legatorum imaginibus ad viuum exprimi iubent. Iidem munera magnificentissima legatis donant. Venetus fluius amoenissimus, & miris operibus exornatus, qui Medoacus dicitur.*

<sup>143</sup> Cf. *idem ibidem*, pp. 300-317 e 318 e ss, correspondentes aos Colóquios 28 e 29, respectivamente, apresentados com os seguintes títulos: — «Explicatur insignes res Venetijs animadversae: & quo honore Senatus ille grauissimus Legatus Iaponenses fuerit prosecutus, Colloquiū Vigessimum Octauum. Linus.»;

— «Agitur adhuc de rebus Venetis, & accessu ad alias vrbes, praecipuū Patavium, Veronam, Mantuam, Cremonam, Mediolanum: & quae gratulatione in illis Legati fuerint excepti. Colloquiū Vigessimum nonum. Leo.».

<sup>144</sup> Cf. Manuel João Gomes, «Stendhal frenético», p. 7, in: Stendhal, *Crónicas Italianas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980, pp. 7-9: *Uma moda, pelo menos, lançou Shakespeare nas literaturas europeias, moda que o foi durante os séculos XVIII*

Veneza foi adquirindo gradualmente as potencialidades e as características de um espaço ficcional, representando *de per se* um conjunto específico de valores.

António Ferreira, ao fazer esta opção de situar a acção da *Comédia do Cioso* naquela cidade, em princípio estaria, antes de mais, a seguir a tradição de localizar o enredo das suas obras dramáticas numa cidade italiana, como Sá de Miranda fizera depois da viagem à Itália (1521-1526) em *Estrangeiros* (1528), que se localiza em Palermo, e *Vilhalpandos* (± 1538), em Roma <sup>145</sup>. Neste contexto, *A Comédia do Cioso* não é um texto programático, nem tão pouco inovador <sup>146</sup>. Representa antes mais um passo para a consolidação da comédia clássica na literatura portuguesa. No entanto, a escolha do espaço torna-se sugestiva e vem enriquecer de modo particular a peça, por reunir um grupo de personagens nativos da cidade e aborda temas que estão em

*e XIX, mormente nas ficções fantástico-frenético-folhetinescas e bastas vezes no melodrama. A moda foi a de dar como cenário a boa parte das suas peças paisagens italianas: Verona (Romeu e Julieta e Os Dois Fidalgos de Verona), Veneza (Otelo e O Mercador de Veneza), Nápoles (parte de A Tempestade), Pádua (A Fera Amansada). No Hamlet, este manda representar aos actores que o visitam uma peça chamada O Assasínio de Gonzago, história passada em Itália.*

<sup>145</sup> Cf. Maria de Fátima Silva, «Comédia» in: *Biblos. Dicionário das Literaturas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo, em vias de publicação (Texto gentilmente cedido pela autora): *Com os anos 30 de Quinhentos, coincidem, na nossa dramaturgia, as primeiras experiências renascentistas, nomeadamente a ensaiada por Sá de Miranda na comédia Estrangeiros (1528). Depois de uma viagem à Itália que lhe permitiu o contacto com os mais destacados vultos da cultura do tempo, Sá de Miranda combina, nesta comédia em prosa, modelos de Plauto e Terêncio com a influência de Ariosto; ensaio que retomou, anos mais tarde com Vilhalpandos, inspirados no Miles Gloriosus e no Amphitruo de Plauto. Estas comédias exibem, mau grado o convencionalismo do cenário (a Itália) e a tradição dos tipos que movimentam (soldados fanfarrões, cortesãos e alcoviteiras, servos espertalhões e ingénuos enamorados) a marca do quotidiano português no segundo quartel de quinhentos. Consumava-se, assim, na nossa dramaturgia, depois da experiência medieval, o regresso aos modelos greco-latinos através da influência italiana.*

Para facilitar uma melhor compreensão do género, no «Prólogo» de *Estrangeiros*, Sá de Miranda enuncia através da personagem Comédia as suas características e apresenta uma breve história do género. Sobre esta questão, veja-se José de Oliveira Barata, *História do Teatro Português*, Lisboa, Universidade Aberta, 1991, pp. 152-155.

<sup>146</sup> Cf. *idem, ibidem*: *Como Sá de Miranda, também António Ferreira ensaiou, embora com limitado sucesso, o padrão cómico de Plauto e de Terêncio com interferências do renascimento italiano nas suas comédias Fanchono (mais tarde intitulada de Bristo) e Cioso.*

perfeita harmonia com o conjunto de valores que Veneza já então representava.

À primeira vista, parece que o princípio da «imitação»<sup>147</sup> que Ferreira partilha e defende na globalidade dos princípios poéticos que advoga e expõe nas suas composições dos *Poemas Lusitanos*, domina completamente a composição da comédia, não permitindo a introdução de novos dados ou de um novo enriquecimento semântico e excluindo, portanto, a hipótese de se deixar transparecer o cunho original conferido pelo autor. Como já se verifica nas comédias de Sá de Miranda, a constelação de temas e personagens é a mesma: o amor, o casamento, o ciúme, problemas de gerações, a dissolução de valores, o pouco valor da verdade, o estatuto da mulher e a falta de liberdade que tem, as preocupações dos mercadores, o motivo do «reconhecimento», o amor platonizante vs. amor sensual, as intrigas e os serviços dos criados; os tipos do marido ciumento, da velha sábia, dos criados astuciosos, das cortesãs, do rapaz enamorado, ...<sup>148</sup>.

No entanto, se todos estes aspectos representam a retomada dos modelos latinos de Plauto e Terêncio, onde já estão presentes e devidamente tratados, António Ferreira, habilmente, transpõe-os agora para o espaço veneziano e joga com os códigos étidos e morais ali vigentes — sobretudo os do mercador e da cortesã<sup>149</sup> —, projectando

<sup>147</sup> Sobre o conceito de «imitação» em António Ferreira, veja-se Aníbal Pinto de Castro, *Os Códigos Poéticos em Portugal do Renascimento ao Barroco. Seus Fundamentos. Seus Conteúdos, Sua Evolução*, Coimbra, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, 1984, p. 15 e *passim*.

Sobre a mesma questão, partilhamos também a ideia exposta por T. F. Earl (em *Musa Renascida. A Poesia de António Ferreira*, Lisboa, Caminho, 1990, p. 31) de que a obra literária, nesta acepção, não é exclusivamente a soma de material emprestado: *As convicções de Ferreira sobre a natureza e função da imitação na obra literária podem ser também iluminadas pela teoria moderna. Imitação pode ser definida como o modo pelo qual uma cultura é recebida por outra. Já aqui foi esclarecido que uma característica particular como Ferreira entendia essa recepção era uma modesta negação do seu mérito pessoal como poeta. Mesmo nos momentos mais exaltados, via-se a si próprio apenas como um meio através do qual o dom da poesia era transmitido, nunca como um criador original.*

*Há surpreendentes semelhanças entre o seu pensamento e o moderno conceito de teórico de intertextualidade. [...] No entanto, de acordo com teorias mais recentes, os textos não podem ser considerados uma soma de material literário emprestado mais invenção original.*

<sup>148</sup> Cf. Teófilo Braga, *História do Teatro Português. Séculos XVI e XVII*, Porto, Imprensa Portuguesa-Editora, 1870, p. 75.

<sup>149</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 83-84. Teófilo Braga mostra como a figura da cortesã da comédia renascentista representa a retomada da figura da hetaira, da comédia antiga.

na obra a respectiva mundivisão e contrapondo-a ao modo de estar na vida dos portugueses que surgem em cena. Veneza torna, assim, mais verosímil a aceitação de um mundo ficcional em que não sejam tão rígidas as relações sociais, em que sejam aceites as regras do amor comprado, sensual ou mesmo libidinoso, a cortesã apareça naturalmente integrada na sociedade e não tão marginalizada (procedendo-se até a uma humanização desta personagem), e um código de valores burgueses enforme predominantemente os esquemas de pensar e o procedimento das personagens principais.

Desta maneira, os monólogos poderão ser longos, conceituosos e inaceitáveis, a acção forçada pode sair prejudicada e a comicidade ameaçada<sup>150</sup>, muito embora o enredo tenha o vigor de uma novela boccacciana, mas o que se torna importante é reconhecer o investimento actualizador que o texto apresenta.

A cena que se nos depara, devido ao respeito pela unidade de espaço, é a da belíssima Praça de S. Marcos, como se depreende do diálogo entre Janoto e Ardélio:

[... ..]

Janoto. Micer Julio.

Ardélio. Micer Julio?

Janoto. Si.

Ardélio. Mercador?

Janoto. Mercador.

Ardélio. Onde mora?

Janoto. Aqui junto de S. Marcos pera onde imos. (II. 1, p. 96)<sup>151</sup>

E se os cenários fossem pintados com as ruas e a Praça em perspectiva, segundo os modelos de Bastiano da Sangallo e Sebastiano Serlio, como sugere Adrien Roig<sup>152</sup>, obtinha-se de imediato um fascínio pelo que já se conhecia da atmosfera veneziana, facto que se

<sup>150</sup> Cf. Luciana Stegagno Picchio, *Storia del Teatro Portoghese*, Roma, Edizioni dell'Ateneo, 1964, p. 82 e Luís de Sousa Rebelo, «Cioso», in: *Dicionário de Literatura*, dir. por Jacinto do Prado Coelho, 1.º Volume, Porto, Figueirinhas, 1990, p. 183.

<sup>151</sup> Todas as citações retiradas da *Comédia do Cioso* seguem a lição do texto inserido na edição acima indicada de 1771. O acto é indicado pela numeração romana, as cenas pelos números árabes, e, por fim, são indicadas as páginas de onde se fizeram as transcrições.

<sup>152</sup> Cf. Adrien Roig. *O Teatro Clássico em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, p. 42.

tornava depois ainda mais evidente devido ao confronto expressamente referido entre Lisboa e a cidade do Adriático:

*Valerio.* Vamos, mas devias ver primeiro esta cidade, que tanto há que a deixaste, ainda que a quem vem de Lisboa, nenhuma outra cousa parece grande.

*Ignacio.* Senão Veneza, que certo he cousa grande, e de cada vez mayor, mas hi fica tempo depois, vamos que me não repousa o coração. (V, 2, p. 144).

Poder-se-ia, deste modo, proceder a uma exaltação do esplendor da capital portuguesa, como Adrien Roig defende<sup>153</sup>, mas, como adiante veremos, seria também com um fim moral que tal contraponto é feito. Contudo, de Veneza, além da alusão à existência de um dialecto próprio (*Ardelio.* *As palavras creio eu que eram venezianas...* III, 5, p. 124)<sup>154</sup>, do papel interventivo do Senado na vida dos cidadãos (*Porcia.* *Melhor fora, e mais seguro dissimulares, e sem elle o saber, iras-te ao senado chamar e pedir que te dessem tua filha.* III, 3, p. 119), e das relações diplomáticas com o Grão-Turco, que na altura já dominava Constantinopla, como se depreende da seguinte intervenção de Valério,

*Valerio.* [...] Há já bem de annos, que Micer Octavio foy daqui por Embaxador ao gram Turco, acompanhey-o eu; depois de acabarmos este negócio da embaxada, vindo-nos a embarcar em Constantinopla, vimos vender ao pregão certos meninos Christãos, entre os quaes lançando Octavio os olhos, assi os affeiçou a hum, que o comprou em idade, que não podia dar mais razão de si, que mostrar que era Português na língua, e trazendo-o aqui, o deu Octavio ao Duque, em cuja casa se creou atégora, e he este Octavio que te digo, a que ficou o nome de seu senhor, se se assi póde chamar. (V, 2, p. 143).

alude-se ao comércio de escravos cristãos, que era uma realidade para a época. São ainda referenciados os negócios com a outra república rival, a de Génova (II, 1, p. 96 e V, 4, p. 147), e com o antigo reino de Chipre — agora mais um domínio veneziano —, onde desde há séculos os mercadores da Sereníssima República dominavam as transacções comerciais e financeiras (*Julio.* [...] *Não me tentem ambos com alguma doudice, asinha eu quebrarei o branco, e darei comigo em Chipre.* II, 3, p. 106).

Das intervenções de Júlio, ainda se verifica uma identificação da

<sup>153</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 55.

<sup>154</sup> Em termos de linguagem, é curioso o uso do termo *parola* ao longo do discurso (pp. 99 e 117), por Claretta e Faustina, a fim de melhor darem ao espectador a ideia da localização da acção em Itália.

cidade com a actividade bancária: Veneza, nesta perspectiva, aparece-nos constituída por praças e banqueiros:

*Julio.* Queres tu Cesar, que deixe eu andar tua filha pelas praças, e pelos banqueiros, e que me encerre eu me casa? (II, 3, p. 105).

Pela globalidade dos argumentos invocados e pelos traços atribuídos ao contexto veneziano, torna-se aceitável, e até mesmo natural, que Júlio represente uma mundivisão e um código de valores tipicamente burguês, partilhado pelo banqueiro, pelo mercador, pelo empresário, ... em suma, pela classe patrícia veneziana. Tal facto, porém, implica igualmente a existência de uma faceta menos positiva do seu carácter, aliás, também em perfeita sintonia e estreita afinidade com o espaço urbano em que Júlio se insere. Ardélio, a princípio revoltado com a impassividade perante as injustiças que Júlio representa, acaba por ter de aceitar a naturalidade com que a cidade, afinal, admite esse tipo de comportamentos:

*Ardelio.* Hey-me de vingar, por justiça o avião de lançar de Veneza, porque a infama. [...] Chamas a Julio homem de bem? [...] Não sei a quem chamaras homem de mal, tão coitado e tão mísero. [...] Espanto-me como esta nobre Cidade tal consente, mandem-lhe tomar a mulher, e dem-na a quem a merece. (II, 4, pp. 108-109).

Todavia, se o ciúme que dita o conduta de Júlio se justifica pelo zelo exagerado em preservar a sua honra, como ele próprio refere (*Julio.* [...] *E se os cornos saíssem para fóra, quantos farão o que eu faço.* II, 3, p. 106), Brómia, para o convencer a alterar o seu modo de pensar quanto à clausura de Lívia, argumenta em defesa desta, enunciando os valores que são fundamentais e orientam o modo de estar na vida daquela outra personagem:

*Bromia.* Não tens tu mulher, de que ella, e todas as outras não possam aprender muita honra, e muita virtude, e honestidade? (I, 2, p. 88).

A tal axiologia, junta-se depois ainda a «prudência», se bem que para Bernardo, esta represente a «escolha correcta» e implique a confiança perante a mulher com quem o homem casa:

*Bernardo.* [...] O homem prudente ha de ser tão confiado quando casa, que crendo dante mão ao que se póde presumir, pera que depois lhe não seja novo, confie que sua pessoa póde fazer esquecer tudo. (III, 5, p. 113).

Já no entender de Júlio, este conceito assume outros contornos:

*Julio.* [...] Eu quero-me confiar de mi, e dos meus olhos, que não he ainda segura confiança, mas não ha outra [...]. Os meus filhos crerei que são meus, os alheos suas mãys o saibão. (I, 3, p. 91).

Como se compreende, neste aspecto Júlio claudica, até porque, sendo um mercador, nessa condição, é um ser que estabelece uma relação específica com a sociedade e observa-a sob uma perspectiva bem determinada, marcadamente individualista. Insere-se nela para desenvolver a sua actividade, com vista ao sucesso dos seus negócios, mas à sua volta permanece sempre um vazio, que o torna um ser isolado, por vezes misterioso, a fim de poder tecer as suas estratégias e enfrentar a concorrência. Daí os comentários de Ardélio e Janoto:

*Ardelio.* Santa Maria, isto he mosteiro, e gente vive aqui?

*Janoto.* Huma gente estranha, que não tem nunca dia, não ouviste já dizer, que a avia no mundo. (II, 1, p. 97).

Se a alusão ao facto de «nunca terem dia» se torna curiosa, por remeter para o aproveitamento racional do tempo que o mercador faz, tal labor é justificado como sendo a alternativa mais viável para fazer frente ao risco constante representado pelas bancarrotas.

Consequentemente, por natureza conservador, Júlio partilha de um código de valores que, para permitirem a estabilidade social e económica, se exprime através de esquemas mentais tradicionais, enunciados de modo provocatório, e de uma atitude de quem zela para que estes sejam preservados:

*Julio.* [...] Em sua casa baste-lhe huma candeia, que [as mulheres] não nacêrão para negociar fora. (I, 2, p. 88).

*Janoto.* O homem queria eu na praça e a mulher em casa. (II, 1, p. 95).

Nesta ordem de ideias, a mulher surge como uma coisa que se possui e guarda, como qualquer outra mercadoria digna de se incluir no tesouro e na fortuna pessoal, transformando-se, ao mesmo tempo, no objecto da autoridade fundada no arbítrio do marido:

*Julio.* [...] Não guardarei eu meu thesouro, e minha honra, e minha fama, rim-se, e não vem os cégos quanta differença vay da mulher á bolsa, morrem sobre hum pouco de ouro, que se acha por esse chão, cavão-no, e escondem-no, e vigião-no, e tem-no em reliquias, e nem elles mesmos o tocão. E a mulher, quer he o seu verdadeiro thesouro, deixão-no, desprezam-no, e offerecem-nos

aos ladrões, chama a hum destes confiado, e hum homem que he de espirito, que estima sua mulher, que he perdido por ella, e como de pouco experimentados no Mundo, vos vem a vós outros parvos outros enganados, quem anda, quem ouve, quem vê por terras estranhas, fará o que eu faço. (I, 3, pp. 90-91).

Como daqui se depreende, o ciúme e a cobiça surgem como a outra face, negativa esta, contraposta ao sucesso que o ganho, a acumulação de riqueza e a ascensão social daí decorrente representam. Apesar de César se apresentar agora como uma figura ponderada, que expia os erros cometidos no passado ao transformar-se igualmente em vítima da prepotência de Júlio, fora também mercador e, por isso, salienta:

*Cesar.* Oh cobiça, quanto pôdes, nem nos dás descanso neste Mundo, nem a gloria no outro, nem sei que remedio tenha. Palavras boas, conselhos, admoestações, encravão-no mais, por onde o levarei? Perdoe Deos a Micer Julio, que se elle vivêra, ou tu outro foras, ou não vivêras, e perdoe-me Deos, que me enganei com sua amizade, e com o nome de seu filho, quizerão meus peccados que assi fosse... (II, 3, p. 102).

E, a rematar a enumeração dos aspectos que poderão ser generalizados a toda a classe mercantil, refira-se ainda a autoridade despótica resultante da degeneração da capacidade de comando e do espírito de iniciativa próprios do empresário. Nesta obra, tal traço impõe-se de modo tão marcante, que se reflecte nas relações familiares de Júlio:

*Julio.* Eu tenho mais poder sobre tua filha que ti, e heide fazer della o que quizer, preza, cativa, metida em ferros. (II, 3, p. 106).

Por tudo isso, Júlio é, desde o início, apresentado como uma figura disfórica, traço que se evidencia até pela sua aparência:

*Clareta.* Quem vio aquelle de antes, mancebo galante, gentil-homem, polido, penteado, mais enfeitado que huma dama, como o conhecêram agora, çujo, magro, a capa caida [...] (II, 2, p. 99).

Em solteiro era o homem mundano, requintado, em perfeita consonância com a cultura da sua época, modelo acabado do *Cortegiano*, de Baldassar Castiglione<sup>154</sup>. Por esse motivo, não parecia adequar-se a um casamento burgês, com a filha de outro mercador —

<sup>154</sup> Baldassar Castiglione, *Il Libro del Cortegiano*, Milano, Garzanti, 1981 (1.<sup>a</sup> ed.: Venezia, 1528), Livro I, pp. 15-114.

facto que levava Pórcia tantas vezes a admoestar o marido, César, sobre esse enlace,

*Porcia.* [...] Cesar, este mancebo creado sem pay, vive á sua vontade, sem deixar conversações doutros taes como elle, porque queres hora aventurar tua fazenda, e tua honra, porque queres hora por cobiça de mais dous reis, perderes o que tens, e veres nojos em tua velhice, não te engane o seu trato, o seu dinheiro, que a somenos parte no homem he o dinheiro, e a sua riqueza. Quantas vezes clamey isto, quantas lagrymas chorey, quam mal me creste sempre? (III, 3, p. 120).

ou a velha Brómia a lamentar-se do sucedido e a denunciar o flagelo que representavam os casamentos feitos exclusivamente por interesse:

*Bromia.* [...] Estes negros casamentos quem os acertára, bom pay, máo pay, ó máo pay, malaventurado casar, que estimasse mais o dinheiro, que tua filha, que podias tu esperar de hum doudo, criado sem pay, em tavernas, e em frascarias, mal ajão as suas riquezas, e os seus tratos, pois que tão mal nos tratárão. Que prestão as riquezas sem homem, que não seja melhor o homem sem ellas. Este ter, este não ter faz desfazer os casamentos, que as virtudes, e os vicios avião de fazer, e desfazer. (I, 1, p. 86).

Por conseguinte, do desregramento que deixam antever estas duas últimas intervenções, para o leitor / espectador, tornam-se até naturais as relações de Júlio com as cortesãs, tanto mais num ambiente como era o veneziano na época do autor:

*Julio.* [...] E não parece senão, que quanto me mais guardo, então a cinte vejo mais continuar por esta rua, galantes, namorados, ociosos, más caras, invenções, arroidos de noite, asovios, brados, musicas, e por estroutras todas não. Onde estará o fumo sem fogo, onde estaráõ os olhos que se encubirão, mas a mi me parece certo melhor os de Faustina, se fosse eu em tão boa ora, que os visse, mas que presta, que desque cazey, todas me fogem, todas me querem mal. (I, 3, p. 91).

*Julio.* [...] Huma noite asinha se passa, com o prazer de Faustina me esquecerá este medo. (IV, 1, p. 133).

O aparecimento da personagem da cortesã em cena, neste caso concreto Faustina, além de ser também a retomada de uma figura típica da tradição da comédia plautina e terenciana, enquanto objecto de prazer carnal, representa, simultaneamente, para o público português, uma denúncia da crise de valores a nível social: uma crise de instituições, como é o casamento e a família, e a aceitação das relações ilícitas como um fenómeno mais que natural. Numa perspectiva mais

tradicionalista, todos estes indícios funcionavam como variantes e eram, simultaneamente, a actualização do velho *topos* do «mundo às avessas». Para a criada, Brómia, assumem os contornos de sintomas do fim dos tempos:

*Bromia.* [...] Quantas vezes ouvi dizer a minha mãy, que Deos perdoe: Filha, no tempo que o ouro valer mais que as pessoas, mette-te numa cova; e eu assi o fizera, se pudéra acabar comigo de deixar só Livia, mas não posso, criei-a. Determino morrer com ella, que segundo a cousa vay, não tardará muito, que se não passa dia, nem noite, que o desastrado não estire a coitadinha no chão sem fôlego, tal, que parece que não fica já pera outras. Então não lhe ha de escapar ninguem em casa, que não sinta a sua ira. (I, 1, p. 86).

Se aqui tal maneira de pensar resulta directamente da acção e da prepotência de Júlio, a mesma ideia continua presente no discurso de César, embora com um pendor mais filosófico. Contrapõe o homem à ordem natural da Criação, deixando entrever a ideia de que este é o único ser que escapa a essa ordem, podendo-a pôr em causa, e aduz, para o efeito, argumentos próprios de um homem cujo saber resulta de uma longa experiência de vida, embora se exprima com a amarga convicção de que jamais se pode atingir o conhecimento pleno, podendo-se reincidir em situações semelhantes:

*Cesar.* Quem vê este Mundo, que se não espanta, e verdadeiramente olhando bem todas as cousas por Deos creadas, fazem directamente seu officio natural, serão o homem. Nós sós andamos fóra d'elle, ainda a razão entre nós tão cega, ou tão trocada, que a não vemos, ou quando nos parece, que a melhor seguimos, então della mais nos desviamos, não sohia de ser assi, sempre o dia derradeiro he pior. Naquelles tempos bemaventurados, quando eu naci (que bem se podião chamar douro) andava a cousa em sua ordem natural, os moços erão moços, os mancebos mancebos, os velhos, agora tudo ao revés, os moços homens, os mancebos velhos, os velhos são moços. E quando eu de sessenta annos ás costas tão branco, tão calejado nas voltas deste Mundo, e com tanta experiência de fortuna me ceguei, me enganei, me distrahi, que se póde dizer, senão que andamos desatinados, sem olhos, sem juizo, onde cuidei de casar huma só filha que tinha, ali a fiz viúva, onde cuidei de a honrar, a deshonrei, onde cuidei de a enriquecer, e descançar, a empobreci, e cativei. Oh pensamentos vão, cegueiras deste Mundo, quem cuida que melhor vê, esse vai cego. A' vida quem mais certas contas lança, esse cega, esse se engana esse se perde. (I, 3, p. 101).

Imbuído de um conteúdo moralista, este discurso contribui, então, para que o leitor / espectador se distancie em relação à naturalidade com que se apresentam as relações com as cortesãs e a liberalidade de

costumes da sociedade veneziana. A nostalgia pela «virtude» surge novamente mais adiante, mas agora no discurso de Faustina, constituindo como um dos traços dessa mesma figura e quase a elevando à condição da pecadora regenerada:

*Faustina.* [...] Bemaventuradas as casadas, que usão deste amor limpa-mente.

*Clareta.* Deixa-o logo pera ellas, que tem sua vida segura; mas tu que vives do commum, porque te fazes particular a hum só?

[...] Ay como és parvoa, não te lembra quando tu roubaste o outro com amores falsos, e lagrymas fingidas.

*Faustina.* E a que proposito?

*Clareta.* Como não cuidarás agora, que as fingem também por ti. (III, 1, p. 115).

E se o fingimento e a dissimulação eram características que em nada destoavam de quem «viviva, e roubava, e enganava» (III, 1, p. 117), é preciso que Júlio se veja atraído e roubado, ao mesmo tempo que os seus planos lascivos e sensuais saem fracassados, para que a marginalização social desta personagem seja denunciada:

*Julio.* Ah, treição, ah puta, civil encubridora de ladrões. [...] Tinha-se concertado, eu te conhecerei quem quer que és. [...] Antes damenhã a estas oras, hum, e outro saberão com quem se ouvirão. Pois depenaria eu quantas barbas tenho, se com esta me escapassem. Parece-vos, se foy grande valentia, faltar com quem estava á mesa pera cear, tão seguro, como quem estava com huma mulher ás portas fechadas, e ella tinha-as abertas ao rafião, ah beलगुinazo, fugidiço das galés, eu o acolherei. [...] Não de balde me detinha ella com jogos, e em trapaças, e toda a festa era o meu anel, que me logo arrebatou em entrando. (IV, 5, p. 135).

No entanto, o seu lado humano não é menosprezado e Faustina também é capaz de experimentar fortes sentimentos e de se dedicar com uma fidelidade, sem dúvida *sui generis*, como qualquer outra mulher honesta:

*Faustina.* Somos tão coitadas, e tão parvoas, que os queremos, e desejamos.

*Clareta.* Agora saberás, que o amor tanto se estima, quam caro se vende.

*Faustina.* Oh que não he isso amor, mas roubo, que crerás já, ou a quem crerão. Oh meu Octavio, oh meu amor, oh meu mano.

*Clareta.* Oh teu ladrão, oh teu rafião, oh teu enganador. [...]

*Faustina.* Coitada de mi, que farei, que me não sofre o coração lançar fóra, a quem tamanho lugar dey nelle, quem me mudou tanto da que dantes cra, quantos se matarão por mim; quantos se destruírão, quantos chorarão

de dia, e de noite, huns enganados, outros roubados, sem minha vontade se dar a algum. Este Octavio me afeiçoou, assi que não sei viver sem elle, amo-o, desejo-o, nelle cuido, nelle sonho, olhay quam bem o emprego. Não me póde lembrar sem lagrymas o rosto, e a desenvoltura, com que me veyo com aquelle requerimento, então guarday verdade, tende amor a ninguem. Coitadas de nós; se amamos, somos aborrecidas; senão amamos, roubamos, e em fim, melhor he o roubo, pois nos enriquece, e os roubados vão mais contentes; mas minha condição não era essa, sempre desejei hum bom amor, agora que cuidava que o tinha não o vejo. (III; 8, pp. 128-129).

A tal ponto estes aspectos do carácter de Faustina se impõem, que merecem o comentário do próprio Octávio:

*Octavio.* [...] Não cuidei que nestas mulheres se achasse amor tão inteiro. (III, 6, p. 125)

No entanto, Clareta não esquece a dura realidade e, não sem uma certa crueldade, lembra-a do que é a sua vida do dia-a-dia, bem como do futuro indigente e da miséria a que todas as mulheres como ela estão sujeitas, se se entregarem a devaneios de felicidade como aquele com que Faustina sonha:

*Clareta.* Que contas são as tuas Faustina, desprezares todos por este, quando te elle deixar, como terás os outros?

*Faustina.* Elles me buscarão.

*Clareta.* Nessa confiança vives, como se outra não ouvesse de taes olhos, e taes cabellos.

*Faustina.* Encarecer-me eu tanto, me fará mais desejada.

*Clareta.* Mas encareces-te tanto, que ey medo que te não vendas.

*Faustina.* Nunca falece hum mais apetitoso, que pague pelos outros.

*Clareta.* E queres perder tão bom bocado. [...]

*Faustina.* Lá te avem, olha o pégo onde, e em que me metes.

*Clareta.* Mais perigoso será o da velhice pobre, coitada de nós, senão somos como as formigas, que encovão no verão pera comer o inverno. [...] Octavio enforque-se, casará hum dia destes, e tu ficarás viuva. (III, 1, pp. 116-117).

Assim, Faustina, se para Júlio representa um tipo de aventura lasciva, um objecto de prazer sensual, seduzido pela força do ouro, na sua globalidade é uma mulher marcada pelo drama da sua condição social marginalizada. Não corresponderá ao tipo mais canónico da cortesã veneziana, pelo menos como era apresentada pela literatura da época, em que apenas se aludia à sua beleza sedutora, à sua juventude e, sobretudo, à sua cultura, capaz de despertar o interesse da

nobreza europeia, que ali acorria para disfrutar a sua companhia<sup>156</sup>. António Ferreira vai mais longe ao revelar o lado humano deste tipo de mulher e, de modo dramático, as dificuldades da sua vida diária<sup>157</sup>.

Curiosamente, porém, se a cortesã era uma das figuras que se identificavam plenamente com o espaço veneziano, nesta comédia é despojada dessa dimensão. A mulher que faz sugerir essa identidade com a cidade de Veneza é Lívia, que em tudo contrasta com Faustina. Aos olhos do seu antigo apaixonado, Bernardo, Veneza e Lívia fundem-se numa só entidade e são uma e a mesma coisa:

*Bernardo.* Taõ cheos de Veneza andavão os meus olhos, que a cada passada a vião, e com isto descansavão, e agora de a verem, chorão, e canção.

*Octavio.* Não te entregues a esses pensamentos, que elles se desfarão per si.

*Bernardo.* Não sey, tão viva trago eu a alma em Livia, que em quanto viver a heide achar sempre nella. (II, 5, p. 111).

O elo em que se baseia essa ligação, continua a ser o amor, muito embora mais espiritualizado: Veneza é tão bela, que aos olhos dos apaixonados apenas pode evocar a imagem da mulher amada.

Por outro lado, o confronto evidenciado entre Faustina e Lívia, como entre os respectivos amantes, Bernardo e Octávio, serve de pretexto para passarem a apresentar-se duas concepções de amor, igualmente contrapostas. Lívia corresponde ao modelo petrarquista de mulher, é bela, de «*cabellos douro*», serena, honesta e submissa à autoridade paterna, primeiro, e à do marido, depois, a quem dedica todos os afectos, apesar dos maus tratos que ele lhe inflige. Por isso, Bernardo continua a dedicar-lhe um amor espiritualizado, na sequência da paixão juvenil que por ela nutria, sublimado com a ideia de Lívia se ter transformado na mulher inatingível, por ter casado com outro:

*Bernardo.* [...] Coitadinha de ti Livia, moça fermosa, tão sesuda, e tão boa filha, huma só filha, e hum pay tão rico, e tão honrado, criada em tanto mimo, e em tamanhas esperanças, empregada em quem, em vez de te venerar,

<sup>156</sup> Sobre o prestígio da cortesã na vida social da época, veja-se Jacob Burckhardt, *A Civilização do Renascimento Italiano*, Lisboa, Editorial Presença, 21983 p. 307, bem como Paul Larivaille, *La vita quotidiana delle cortigiane nell'Italia del Rinascimento*. Trad. di Maura Pizzorno, Milano, Rizzoli, 21987.

<sup>157</sup> A este fim Adrien Roig, *op. cit.*, p. 52, afirma: *Faustina, cuja profissão é o amor venal, não recebe nenhum cliente durante o tempo da peça e declara o seu amor desinteressado por Octavio. Toda a comédia constitui como que uma pausa de castidade, uma aspiração ao domínio ideal dos sentimentos nobres.*

te deshonra assi, e te mata. Melhor me fora não te ver, qual te deixo; mas pois nisso te fiz a vontade, queixar-me-hei só da fortuna, que le levou de mi, e me deixou com esta mágoa, pera que cuidareis ora, que me mandou ella, chamar, pera desabafar só comigo, e me pedir perdão de seu erro com os olhos, e rosto banhados em lagrymas, me sahio a receber com hum abraço, mais de amizade, que de amor, tão differente do que dantes a conhecia, que no primeiro impeto a desconheci. Todos tres nos assentámos chorando, e chorando começa ella: Bernardo, aventurar-me eu a isto, não he bem que o atribuas, senão a parte porque o faço, quizeste-me bem, e eu to quiz, a fortuna só me quiz tanto mal, que em pago do que te devia, me obrigou a pedir-te perdão da má vida, que por mim passaste, porque a que eu agora passo, sei que me deixará cedo. E porque aquelle amor passado não he já em mi poder-to pagar com outro, que elle merecia, contenta-te com estas lagrymas de meu arrependimento.

[...] Eu certo me não arrependo do que fiz, folgo de lhe dever aquelle amor tão casto, e tão honesto, ey já de esperar o que sobre isto passa, Deos o remedee, que se Lívia mal passa, me não sofrerá o estamago deixá-la sem vingança. (IV, 8, pp. 139-141).

Octávio, em contrapartida, é o par de Faustina, muito embora ela acalente por ele um amor-paixão arrebatador e possessivo. No entanto, só uma cortesã poderia corresponder ao tipo de amor concebido por Octávio:

*Bernardo.* Pois crê, que o bom amor, e este he só dos homens.

*Octavio.* Quanto eu não me namoro, senão de hum corpo bem feito, e de huns olhos graciosos.

*Bernardo.* Isso não são amores, mas deleite de amor.

*Octavio.* E tu que querias de sua alma?

*Bernardo.* Honra, riqueza, contentamento.

*Octavio.* Tudo isso vias nella?

*Bernardo.* Tudo.

*Octavio.* E como?

*Bernardo.* Co os meus olhos nos seus, agora sabes que alli se vem as almas, e se falão.

*Octavio.* Pouco te dará logo da prizão do corpo?

*Bernardo.* Mas dá-me por ser corpo daquella alma.

*Octavio.* Eu te dou de boamente todas as almas de quantas mulheres á no Mundo, e dá-me tu os seus corpos.

*Bernardo.* Os teus pensamentos são diferentes dos meus.

*Octavio.* Não sey ser tão espiritual.

*Bernardo.* Claro está, que quem quer bem, não quer mal aos olhos, que o affeição, mas quem bem o sabe querer, o deleite põe a huma parte, e o verdadeiro contentamento a outra, que se isto não ouvesse, pouca firmeza me darias nos matrimonios. (II, 5, pp. 111-112).

Assim, se o discurso de Bernardo é enformado pela teoria neoplatónica do amor<sup>158</sup>, o de Octávio, mais pragmático e menos idealista, recorre a um tom brejeiro, identificando-o com a sensualidade e o prazer. Torna-se curioso verificar que às personagens identificadas como sendo de origem portuguesa é atribuída uma sentimentalidade, que se encontra ausente nas venezianas, mais lascivas e concupiscentes por natureza, se exceptuarmos, naturalmente, Octávio, por ser reconhecido no fim como irmão de Bernardo, mas que em toda a comédia se apresenta como veneziano por ali ter sido criado e educado<sup>159</sup>. Por isso, naquele ambiente, torna-se também perfeitamente aceitável que a mulher goze de um estatuto diferente. Bernardo afirma mesmo que «*as mulheres são aqui [entenda-se, em Veneza] mais livres que os homens*» (II, 5, p. 113) e Pórcia, mãe de Lívia, exclama ao considerar a sua situação concreta:

*Porcia.* Coitada de mi, a mi se tornão todas as culpas; mas os homens que desprezam os conselhos de suas mulheres, caem nestes erros, como se ellas não tivessem razão como elles, então aos erros das coitadas não há desculpas, os seus tem trinta mil. Minhas contas eram boas, fazia-o por tais respeitos, quem havia de cuidar, se me isso a mi parecêra. Com isso paixão, e querem que as mulheres não tenham juízo, nem entendimento, e que não vejão o que vem, e que não entendão o que entendem. (III, 3, 121).

Por um lado, se este desabafo de Pórcia tem origem numa situação concreta, por outro lado, é formulado em termos tais que assume uma dimensão parabólica, alargando-se à condição feminina do seu tempo. O reconhecimento do valor da mulher na sociedade, das suas capacidades e dos seus direitos torna-se o tema central do discurso, transformando esta declaração numa verdadeira declaração de princípios, em que se definem os contornos do estatuto da mulher naquela época, apesar do difícil reconhecimento que o homem lhe tributa. Apesar disso, o marido, César, muito embora a sua idade fosse já avançada e partilhasse de uma mundivisão mais conservadora, acaba por reconhecer

<sup>158</sup> Sobre esta concepção de amor, vejam-se, por exemplo, de Leão Hebreu, *Diálogos de Amor*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, e de B. Castiglione, *op. cit.*, cap. L-LXX do Livro IV, pp. 425-452.

<sup>159</sup> Luís de Sousa Rebelo refere mesmo a este propósito, *op. cit.*, pp. 182-183: *Bernardo representa o tipo convencional do português suspiroso, que sustenta os méritos do «amor platonizante» contra a concepção de «amor sensual» defendida por Octávio.*

o mérito da mulher e dos seus conselhos, transformando a apologia do estado de solteiro numa defesa do matrimónio:

*Cesar.* Não pudera eu viver neste Mundo sem mulher, e filhos, bem-aventurados os que não casão, e malaventurados os que o desejão, que não sabem o bem que tem, e o mal que buscão. Em quanto hum homem vive, duas obrigações tem, huma do Mundo, e outra de Deos, destas ambas pôde melhor usar sendo solteiro, que casado, pôde conversar os homens mais soltamente, desenfadar-se com mais gosto, lograr-se da vida, de maneira que ganhe tambem a outra com menos trabalho. Não sei quem nos cêga, quem nos engana, parece que ordenou Deos este appetite nos homens, porque sem elle, mal se entregára ninguem a tamanho cativoiro, mal se conservára a geração humana, que não sem causa chamou o outro à mulher, mal necessario. Cuidais que vos hão de levar nada em conta. Se alguma ora aceitão a ter razão, aveis-lhe de confessar, que sabem mais que vós. Se quereis ter vida, ou lha aveis de tirar, porque vos não matem. (III; 4, p. 121).

No entanto, no entender de Júlio, os tempos modernos tinham corrompido os costumes, tornando-se necessário zelar pela honra própria. Por isso, não permitia que a mulher saísse de casa, para não dar motivo de conversa aos outros, pelo que se vê confrontado com o sogro, César, quando este o repreende e o chama à razão:

*Julio.* Tu és ainda daquelle bom tempo, quando jugavão as mulheres o Aleo na praça.

*Cesar.* Por isso choro eu.

*Julio.* Agora são outros tempos.

*Cesar.* Tu os fazes, que sempre os homens honrados honrão muito suas mulheres, e as tratão igualmente. (II, 3, p. 104).

Depois do anterior reconhecimento da importância social da mulher, ao argumentar agora contra Júlio e em defesa de Lívia, César avança até com a ideia de igualdade de tratamento entre os dois cônjuges. Na realidade, Júlio, no fim da comédia, acaba por se transformar e muda a sua maneira de pensar de modo tão radical, que César, ao comentar essa alteração, considera exagerada a liberdade de que a filha agora passou a gozar:

*Cesar.* [...] Livia estava morta, jágora vive, já terá vida que lhe sempre desejei, que segundo o que enxergo nelle, vay já caindo em outro extremo demasiado. (V, 9, pp. 152-153).

Assim, apesar das arbitrariedades de Júlio e das reticências de César, a mulher vê o seu papel reconhecido na sociedade, falando-se

mesmo em termos de igualdade, e a cortesã, não obstante o estatuto marginalizado que lhe era convencionalmente atribuído, surge inserida num contexto que reconhece a sua humanidade, apesar da carga sensual que sempre a acompanha, mas que na comédia de António Ferreira surge mais esbatida, não merecendo uma censura aberta e directa. Neste sentido, só os homens demasiado elaborados se tornam objecto de crítica 160:

*Faustina.* Que dizes logo a estes mancebos untados, e perfumados?

*Clareta.* Merecião ser mulheres, homens, que taes cousas fazem, como os consentem os outros homens. (III, 1, p. 117).

Com todos estes comentários, desenha-se cada vez com mais nitidez a intenção moralizante que se pretende inculcar ao teatro. A comédia é concebida como o espelho da própria vida — *comoedia castigat mores* —, para que o espectador dali retirasse algum ensinamento prático. Por isso, ao longo de toda a obra encontram-se subtilmente introduzidas pequenas alusões que denunciam uma reflexão aprofundada sobre o teatro e as suas relações com a vida 161. Se Ardélio, face ao estratagem de Júlio se fazer passar por um amigo seu só para não ter de receber ninguém em casa, comenta que a situação anterior

<sup>160</sup> Sobre esta mesma atitude, confronte-se a crítica tecida por Castiglione, *op. cit.*, cap. XIX: [...] *E di tal sorte voglio io che sia lo aspetto del nostro cortegiano, non così molle e femminile come si sforzano d'aver molti, che non solamente si crespano i capegli e spelano le ciglia, ma si strisciano con tutti que' modi che si faccian le più lascive e dioneste femine del mondo; e pare che nello andare, nello stare ed in ogni altro lor atto siano tanto teneri e languidi, che le membra siano per staccarsi loro l'uno dall' altro; e pronunziano aquelle parole così afflitte, che in quel punto par che lo spirito loro finisca; e quanto più si trovano con omini di grado, tanto più usano tai termini. Questi, poichè la natura, comme essi mostrano desiderare di parere ed essere, non gli ha fatti femine, dovrebbero non come bone femine esser estimati, ma, come publiche meretrici, non solamente delle corti de' gran signori, ma del consorzio degli omini nobili esser cacciati.*

<sup>161</sup> Sobre esta questão, José de Oliveira Barata, *op. cit.*, pp. 154-155, analisa as bases teóricas sobre as quais se funda a comédia de Ferreira e toma como base da sua argumentação o *Prólogo* da comédia *Bristo*, deste mesmo autor. Além da definição de comédia apresentada, e que J. O. Barata lembra tratar-se da reafirmação da categorias aristotélicas latinizadas — *A comedia e mixta, a môr parte della motoria, fundada nos acontecimentos do mundo, que comumente correm* —, centra-se na importância da «imitação da natureza», como princípio determinante para a composição das comédias de A. Ferreira, e conclui: *A assimilação dos modelos latino-italianos não impediu o esforço de originalidade por parte dos que, em Portugal, se esforçavam por compor segundo os cânones modernos.*

*he cousa pera se pôr em Comedia* (II, 4, p. 111), o seu amigo Janoto vai mais longe e fala-lhe da função específica do teatro:

*Janoto.* Avia de aver hum espelho público, onde os homens se vissem.

*Ardelio.* E a que propósito?

*Janoto.* Por escusar enganos, que estão em o Mundo. (II, 1, pp. 95-96).

E a mensagem imediata que se adianta é transmitida por César, ao confrontar-se com Júlio, quando alude ao saber inerente à difícil arte de viver:

*Julio.* Sou pera ensinar todos os velhos, e moços, a viver com suas mulheres.

*Cesar.* Espera te ensinarem todos os moços a viver com tua mulher, bem não darás tu mais crédito a estas cãs tanto tuas amigas, não te parece, que fuy eu mancebo, e que vi, e andei, e fiz, não sabes tu, que a amizade de teu pay me obriga a mi a estes confederamentos. (II, 3, p. 105).

São estes, pois, os conselhos colhidos de um saber de experiência feito, de uma longa vida, próprios de uma figura que representa a tradição, a ponderação, mas que não escapa às fraquezas humanas, e confessa os erros cometidos, de que sente necessidade de se redimir e julga ser sua missão reparar. Contudo, numa mundo em crise, com os seus valores abalados, é forte o apelo à experiência, que surge como motivo condutor no discurso de diferentes personagens. Em contraponto, até Júlio — o marido inexperiente e ciumento —, faz o apelo a este tipo de saber, de modo a chamar a atenção do espectador e a ensinar que se deve duvidar até de nós próprios, por mais convenientes que estejamos dos dogmas em que acreditamos:

*Julio.* [...] Oh que boa mestra he a experiencia, por isso dizia o outro bem, que mais proveito recebião os sezudos dos parvos, que os parvos dos sezudos, os parvos me ensinarão, e não acho hum só, que queira aprender de mi. Deixai viver estes confiados, eu quero-me confiar de mi, e dos meus olhos, que não he ainda segura confiança, mas não há outra. (I, 3, p. 91).

Assim, Veneza surge neste contexto, por um lado, para conferir à acção um cenário grandioso, belo, rico, e tudo isso, talvez devido ao exotismo que representava uma cidade dominante, senhora do Mediterrâneo e do comércio com o Oriente; por outro lado, porque a sociedade veneziana representava o modelo de um cultura pragmática, assente em valores e num saber de vida colhida da dura luta contra a

natureza agreste da Laguna, primeiro, do mar, depois, e por fim, contra os turcos. A rica sociedade veneziana elegera por modelo o mercador, não aquele comerciante despreconceituado, mas o que partilhava de um código de valores patrícios e, orgulhosamente, soubera estruturar uma República dinâmica e funcional. Por isso, quando António Ferreira, verifica que os antigos valores de uma sociedade cavaleiresca e de casta entram em crise, tem o mérito de reconhecer que o novo sistema de valores que gradualmente se impunha era de cariz marcadamente burguês. Ao recuperar o modelo clássico da comédia plautina e terenciana, aproveitou sabiamente a constelação de algumas das suas personagens mais populares e escolheu o espaço contemporâneo com que elas mais se identificavam. E, no século XVI, onde melhor do que em Veneza se podiam enquadrar personagens como a cortesã e o mercador?

Deste modo, se a primeira lei da poética de Ferreira era a de imitar, a ideia de renovar e de ultrapassar os modelos não deixava também de estar presente, actualizando-os para o mundo contemporâneo; daí resulta uma obra original e virada para as questões do seu tempo. A consciência deste fenómeno sempre presente em António Ferreira, levou Tom Earle a concluir:

A força da sua poesia deriva da consciência da necessidade de temperar o velho com o novo, e da literatura como uma tradição evolutiva. Estes eram os princípios teóricos bem definidos, no Renascimento. Na Itália, a fonte de quase toda a teorização literária de Ferreira, existia sempre uma consciência de que, por muito grandes que fossem as virtudes da imitação, o gosto, os costumes e a própria linguagem evoluem, e o poeta tinha de ser sensível à sua evolução. [...] Teóricos do drama — e Ferreira bem pode tê-los consultado quando escreveu as suas duas comédias em prosa e a sua tragédia em verso *Castro* — tinham particular consciência do paradoxo de que uma obra pode ser simultaneamente actual e clássica. Ettore Bonora cita várias afirmações teóricas do século XVI sobre a necessidade, em especial, da comédia tratar costumes contemporâneos em linguagem contemporânea<sup>162</sup>.

Por este motivo, a *Comedia do Cioso* assume esse pendor moralista e, simultaneamente, pedagógico. Os costumes a criticar e os valores que se impunham gradualmente, marcadamente de teor materialista e sem terem em conta a dignificação do homem, são apontados como um modelo que seria necessário repensar e não aceitá-los acriticamente. Para os enquadrar, Veneza surge como um espaço para-

<sup>162</sup> Tom F. Earle, *op. cit.*, pp. 55-56.

bólico, visto ser na época uma metrópole próspera, cheia de palácios e riquezas, sede de casas bancárias, onde preponderavam o luxo e o prazer de viver, e onde, por conseguinte, os costumes se diluíam. Do confronto estabelecido entre Lisboa e Veneza, verifica-se que o enriquecimento do reino trazido com o comércio das terras descobertas, e sobretudo com a Índia, produzia os mesmos efeitos em Portugal; esta comédia representava, pois, uma chamada de atenção para que «os fumos da Índia» não embriagassem o nosso povo. Mais do que uma comédia de carácter, se tivermos em conta o parecer de Adrien Roïg<sup>163</sup>, em que se analisa a condição da mulher casada, ao proceder-se a um exame minucioso do sentimento do ciúme com as suas consequências nefastas, e ao desenvolver-se o tema da honra, a *Comédia do Cioso* torna-se, antes de mais, uma obra que problematiza uma mundivisão e todos os valores a ela inerentes, expressos através das personagens principais.

De qualquer modo, Veneza passara a representar um espaço ideal, apesar dos aspectos negativos apontados: a Praça de S. Marcos, com todo o esplendor da Catedral e das Procuradorias, transmitia já uma profunda impressão de fascínio e beleza, uma certa espectacularidade que proporcionava o deslumbramento e a evasão para espaços fantasiosos — por isso, passou a ser frequentemente utilizada em cenários de comédias, tragédias, dramas, óperas, romances e novelas, pelos séculos fora, até chegar aos nossos tempos como uma máscara desgastada e *kitsch*.

<sup>163</sup> Cf. Adrien Roïg, *op. cit.*, pp. 55-56.

# BIBLOS

A COLABORAÇÃO É SOLICITADA

Toda a correspondência, assim como as obras oferecidas,  
devem ser dirigidas à Redacção de BIBLOS  
FACULDADE DE LETRAS  
3049 COIMBRA CODEX (PORTUGAL)